

## VII CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

### Segunda Convocatória

A Sociedade Brasileira de Estudos Organizacionais (SBEO), juntamente com a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), convocam o(a)s associado(a)s da SBEO, estudantes, professore(a)s, pesquisadore(a)s interessado(a)s nos Estudos Organizacionais, bem como os demais interessado(a)s, a participarem do VII Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais (CBEO), que será realizado na Universidade Federal de Juiz de Fora, no campus de Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil, de 8 a 10 de junho de 2020.

Tendo em vista a resposta dos pesquisadores à primeira convocatória do VII Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais, convidamos a todo(a)s para participar do evento e submeter seus artigos aos Grupos de Trabalho (GT) relacionados a seguir.

#### I. IDENTIFICAÇÃO DOS GTs APROVADOS E SEUS COORDENADORES

**A descrição completa de cada GT pode ser encontrada no Anexo A.**

No.	Título	Coordenadores
GT01	Redes, Inovações e Organizações	Antonio Carlos Andrade Ribeiro Velcimiro Inácio Maia
GT02	Comportamento Humano, Organização e Trabalho	Kely César Martins de Paiva Diego Costa Mendes Jair Nascimento Santos Jesuína Maria Pereira Ferreira José Ricardo Costa de Mendonça Milka Alves Correia Barbosa
GT03	Análise Reflexiva da Prática Social nas Organizações: Contemplando as Relações Trabalho e Subjetividade	Raquel Dorigan de Matos Yára Lúcia Mazziotti Bulgacov Rafael Carvalho Machado
GT04	Casos para Ensino nos Estudos Organizacionais Brasileiros	Elisabeth Cavalcante dos Santos Diogo Henrique Helal
GT05	Relações de Trabalho, Tecnologias Produtivas e Subjetividades no Capitalismo Contemporâneo	Aline Fábria Guerra de Moraes Bárbara Katherine Faris Biondini David Silva Franco Sabrina Cavalcanti Barros
GT06	A Vida Social dos Métodos	Cláudia Simone Antonello Maria Beatriz Rodrigues Marcio Pascoal Cassandre
GT07	Organização, Política e Cultura	Eloise Helena Livramento Dellagnelo Helena Salles Uglione José Marcio Barros
GT08	Diálogos sobre o Trabalho	Andrea Poletto Oltramari Admardo Bonifácio Gomes Júnior

		Fernanda Tarabal Lopes Ludmila de Vasconcelos Machado Guimarães Raquel de Oliveira Barreto
GT09	Ética nas Organizações, Sustentabilidade e Negócios Sociais	Paulo Thiago Nunes Bezerra de Melo Carla Regina Pasa Gómez Priscilla Borgonhoni Chagas
GT10	Gestões da/na Vida Social Organizada	Alexandre de Pádua Carrieri Elisa Yoshie Ichikawa Luiz Alex Silva Saraiva
GT11	Administração Política e Estado Ampliado no Brasil	Agatha Justen Gonçalves Ribeiro Claudio Roberto Marques Gurgel Élcio Gustavo Benini Rômulo Carvalho Cristaldo Rossi Henrique Chaves
GT12	Estado, Sociedade e Organizações: (Re)Articulações Históricas e as Disputas entre Memória Oficial e Memória Silenciada	Alessandra Mello da Costa Amon Barros Denise Franca Barros Sergio Pinho Wanderley
GT13	Relações Organização-Natureza no Antropoceno/Capitaloceno: Crise Epistêmica do Antropocentrismo e a Emergência de Novas Biossocialidades	Marina Dantas de Figueiredo Fábio Freitas Schilling Marquesan Letícia Dias Fantinel Fábio Luiz Zanardi Coltro
GT14	Conflitos Socioambientais: Atores, Experiências, Epistemologias e Métodos	Armindo dos Santos de Sousa Flávia Naves Mário Aquino Alves Yuna Fontoura Marcus Vinicius Peinado Gomes
GT15	(Re)pensando a Universidade Contemporânea	Angelo Brigato Éster Luiz Roberto Alves Elisângela de Jesus Furtado da Silva Ivor Prolo, Doutor Fernanda Geremias Leal
GT16	Gênero, Economia Popular Solidária e Autogestão: Desafios e Contradições à luz dos Estudos Organizacionais	Ana Beatriz Trindade de Melo Carlúcia Maria Silva Flávia Aparecida Gonzaga Silva Gilberto Braga Pereira
GT17	Autonomia e Organizações Horizontais: Prefigurando Alternativas	Lucas Casagrande Nilo Coradini de Freitas Marcelo Castañeda de Araújo Camila Rodrigues Jourdan Rene Eugenio Seifert Junior
GT18	Interseccionalidades nos Estudos Organizacionais: Desigualdades de Raça, Gênero, Sexualidade e Classe nos Processos Organizativos	Ana Paula Rodrigues Diniz Josiane Barbosa Gouvêa Josiane Silva de Oliveira Juliana Cristina Teixeira Thaís Zimovski Garcia de Oliveira Vanêssa Pereira Simon

GT19	Processo de Trabalho e Modo de Produção Capitalista	José Henrique de Faria Deise Luiza da Silva Ferraz Henrique Almeida de Queiroz
GT20	Políticas Públicas e Lutas Sociais: Mudanças, Organização e Perspectivas	Rodrigo Gameiro Guimarães Rosimeri Carvalho da Silva, Doutora Sueli Goulart Camila Furlan da Costa
GT21	Movimentos e Lutas Sociais na Sociedade Urbana	André Dias Mortari José Ricardo Vargas de Faria Maria Ceci Misoczky Mayara Vieira de Souza
GT22	Desorganizando a Naturalização da Violência na Educação	Alexandre Faria Ana Silvia Rocha Ipiranga Marcelo de Souza Bispo
GT23	Subjetividade, Organização e Sociedade	Felipe Amaral Borges Igor Baptista de Oliveira Medeiros Kettle Paes Luciano Mendes
GT24	Diversidades, performatividade, storytelling, fake news: em busca de um diálogo	Hélio Arthur Reis Isabel de Sá Affonso da Costa Mel Girão

### Observações:

- i) A Comissão Científica preserva a possibilidade de cancelamento de qualquer GT em caso de não adesão da comunidade acadêmica e a possibilidade de fusões de sessões em casos específicos em acordo com as Coordenações dos GTs envolvidos.
- ii) É obrigatória a presença de, no mínimo, um(a) coordenador(a) de GT em cada uma das sessões do grupo, não sendo permitido o uso de videoconferência para coordenadores, autores ou outros participantes.
- iii) Os GTs são soberanos para organizarem suas atividades, atentando para a seguinte diretriz prevista na primeira convocatória: o número de trabalhos por sessão deve ser de pelo menos três e de no máximo cinco, garantindo que os trabalhos sejam debatidos pelos participantes sob a coordenação de um(a) ou dois pesquisadores(as) doutores(as) de instituições diferentes.
- iv) Mantendo a tradição do CBELO, a Comissão Científica sugere que seja estimulado o diálogo e a troca de conhecimento entre os participantes, sendo bem-vindas sugestões de melhorias para a organização dos grupos de trabalhos e no formato das apresentações orais.

## II. MODALIDADES DE TRABALHOS QUE ATENDEM A ESTA CONVOCATÓRIA

- Resumos ampliados (com pelo menos duas mil e até três mil palavras).
- Trabalhos em construção (com pelo menos três mil e até cinco mil palavras).
- Textos completos (com pelo menos seis mil e até dez mil palavras).

### III. ORIENTAÇÕES PARA A SUBMISSÃO DE TEXTOS AOS GRUPOS DE TRABALHO

- Os trabalhos deverão ser encaminhados a link de submissão (<https://www.even3.com.br/viicbeo2020/>) que consta no site do evento (<http://www.sbeo.org.br/web/index.php/cbeo/vii-cbeo>), **até o dia 15 de abril de 2020**.
- Todos os trabalhos devem estar alinhados com a descrição completa do GT pretendido, conforme Anexo A.
- O(a) autor(a) responsável pela submissão deverá informar em campos específicos no sistema eletrônico: Modalidade de Trabalho, Eixo Temático (correspondendo ao GT pretendido), Título, Arquivo na extensão .pdf com trabalho identificado e não identificado, nomes e e-mail do(s) autor(es). Na versão identificada, os nomes e e-mails abaixo do título e alinhados à direita da página.
- Autoras e autores devem garantir total impossibilidade de sua identificação no artigo submetido em sua versão não identificada, inclusive nas configurações do arquivo, de forma a garantir a "avaliação cega" do documento. Será gerada automaticamente uma folha de rosto com os dados prestados no sistema.
- Os textos submetidos serão analisados, em cada GT, por uma comissão específica, composta por especialistas no tema. As propostas serão avaliadas considerando seu teor, relevância, contribuição para os estudos organizacionais e aderência ao GT pretendido (Anexo A).
- Cada autor(a) pode submeter no máximo três textos aos GTs, sem diferenças entre autoria e coautoria.
- Cada texto deve ter, no máximo, cinco autores.
- Cada texto deve ser submetido a apenas um GT.
- Os artigos devem ser inéditos e assim o permanecerem até o final do VII CBE0.
- Os textos devem ser submetidos exclusivamente na extensão .PDF. Não são aceitas submissões com qualquer outra extensão, como .DOC, .DOCX, .ODT etc.). OBS.: utilizar conversor para .pdf que não aplique "marca d'água".
- Os textos devem ser redigidos em português, inglês ou espanhol com redação, ortografia e normalização adequados, pois a versão enviada será definitiva, não sendo permitida a substituição do texto encaminhado.
- A critério dos grupos de trabalho, podem ser aceitos textos em outros idiomas, desde que atendidos os critérios de avaliação definidos pelos próprios grupos de trabalho.
- Os textos devem ter a autoria definitiva no momento da submissão, pois não será permitida a inclusão de autores posteriormente.
- Os arquivos dos textos enviados devem estar livres de vírus. Trabalhos eventualmente infectados serão excluídos do processo de avaliação.
- No caso dos resumos ampliados, o texto deve ser redigido em Times New Roman (tamanho 12) e ter pelo menos duas mil, e até três mil palavras, incluindo notas de rodapé e referências. Espaço simples entre linhas, margens superior e esquerda 3 cm, inferior e direita 2 cm, texto justificado, com recuo de parágrafos (1ª linha) de 1,25 cm. Os elementos que devem constar em um resumo ampliado são: contextualização, objetivos, metodologia

(se for o caso), resultados ou resultados esperados (se for o caso), e conclusões e referências.

- No caso dos textos em construção, o texto deve ser redigido em Times New Roman (tamanho 12) e ter pelo menos três mil, e até cinco mil palavras, incluindo notas, referências e resumo (10 a 15 linhas) com palavras-chave (entre três e cinco). Espaço simples entre linhas, margens superior e esquerda 3 cm, inferior e direita 2 cm, texto justificado, com recuo de parágrafos (1ª linha) de 1,25 cm. Os elementos que devem constar em um texto em construção são: contextualização, objetivos, metodologia (se for o caso), resultados ou resultados esperados (se for o caso), e conclusões seguidas de referências. Apenas os resumos dos textos em construção serão publicados nos anais. Desse modo, após concluídos, poderão ser objeto de debate em outro evento acadêmico, pois permanecem inéditos como texto completo.
- No caso dos textos completos, o texto deve ser redigido em Times New Roman (tamanho 12) e ter pelo menos seis mil, e até dez mil palavras, incluindo notas, referências e resumo (10 a 15 linhas) com palavras-chave (entre três e cinco). Espaço simples entre linhas, margens superior e esquerda 3 cm, inferior e direita 2 cm, texto justificado, com recuo de parágrafos (1ª linha) de 1,25 cm. Os elementos que devem constar em um texto completo dependem da sua natureza e propósitos, embora se espere que estejam conforme o esperado neste tipo de texto.
- Notas de rodapé são aceitas, desde que usadas com parcimônia e que tenham conteúdo explicativo. Não se deve usar notas de rodapé para fazer citações.
- As referências devem ser feitas no corpo do texto, e obedecer à ABNT ou à APA, limitando-se ao material utilizado na confecção do texto.
- A submissão de textos aos grupos de trabalho não implica aceitação, tendo os grupos de trabalho autonomia no processo de seleção do material a ser publicado.
- A inclusão do texto nos anais do VII CBEO está condicionada à apresentação do trabalho e o pagamento da tarifa relativa à taxa de inscrição no evento.
- A apresentação de trabalho nos grupos de trabalho durante do VII CBEO precisa ser necessariamente feita pelo menos por um dos autores do texto.
- Terá(ão) direito ao(s) certificado(s) de participação apenas o(s) autor(es) presentes na apresentação do trabalho, e que tenham assinado a lista de presença na sessão de apresentação.

#### IV. PUBLICAÇÃO

Para serem publicados nos anais do VII Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais, os textos precisam ter sido enviados em formato de resumo ampliado ou em formato de texto completo, revisados pelos próprios autores, até a data limite prevista no cronograma; ter sido aprovados pelos grupos de trabalho, inscritos (com as taxas devidamente pagas) e apresentados durante o evento. Os anais do VII CBEO serão divulgados publicamente. A partir da submissão de quaisquer textos, entende-se como automática a cessão dos direitos de divulgação científica para a SBEO.

Além da publicação nos anais do VII CBE O, a organização do evento fará encaminhamento dos melhores textos de cada GT para fast track em periódicos parceiros divulgados oportunamente no site da SBE O.

## V. INSCRIÇÕES E TARIFAS

As inscrições para o VII CBE O terão os seguintes valores:

Modalidades	Prazos	Taxas de Associado à SBE O	Taxas de não associado à SBE O
Professor(a)/Pesquisador(a)	Entre 30/04/2020 e 15/05/2020	R\$ 230,00	R\$ 370,00
	Após 15/05/2020	R\$ 410,00	R\$ 610,00
Estudante de Pós-graduação*	Entre 30/04/2020 e 15/05/2020	R\$ 120,00	R\$ 230,00
	Após 15/05/2020	R\$ 260,00	R\$ 410,00
Estudante de Graduação**	-	Isento***	

\*Mediante comprovação da condição de estudante na inscrição.

\*\*Mediante comprovação da condição de estudante na inscrição.

\*\*\*Sem acesso ao *coffeebreak* e materiais de congressista.

### Observações:

- i) As inscrições se referem à inscrição do evento. Despesas com deslocamento, hospedagem e alimentação são por conta dos participantes. Em momento oportuno, serão disponibilizados no *site* do evento sugestões de deslocamento, alimentação e locais de hospedagem.
- ii) A inscrição no congresso só será confirmada após o pagamento da taxa de inscrição, conforme instruções que acompanharão a carta de aceite do trabalho.
- iii) O VII CBE O já começa suas atividades no dia 08 de junho pela manhã, e tem cerca de dez horas diárias de atividades variadas. Recomendamos a todos os participantes que, se possível, cheguem em Juiz de Fora no domingo, 7 de junho de 2020, e que retornem após o encerramento do evento.

## VI. CRONOGRAMA ATUALIZADO DO VII CBE O

Atividade	Data/Período
Convocatória para submissões de GTs, Minicursos e Sessões Livres	Até 22 de janeiro de 2020
Resultado	27 de janeiro de 2020
Convocatória para submissões de artigos	Até 15 de abril de 2020
Resultado	30 de abril de 2020
Inscrições de autores	De 30 de abril a 15 de maio de 2020
Divulgação da programação final	Até 20 de maio de 2020

## VII. ORGANIZAÇÃO

### Comissão organizadora

#### 1. Coordenação Geral

Professor Dr. Angelo Brigato Esther (UFJF)

#### 2. Secretaria Executiva

Professor Dr. Elcemir Paço Cunha (UFJF)

Professora Dra. Lilian Alfaia Monteiro (UFJF)

Professora Dra. Renata de Almeida Bicalho (UFJF)

Professor Dr. Victor Claudio Paradela Ferreira (UFJF)

#### 3. Coordenação Financeira

Professora Dra. Cristina Sayuri Cortes Ouchi Dusi (UFJF)

#### 4. Coordenação de Comunicação

Professor Dr. Danilo de Oliveira Sampaio (UFJF)

### Comissão Científica

Professora Dra. Janaynna de Moura Ferraz (UFRN)

Professor Dr. Guilherme Dornelas Câmara (UFRGS)

Professor Dr. Elcemir Paço Cunha (UFJF)

Professor Dr. Virgilio Cezar da Silva e Oliveira (UFJF)

Professora Dra Bárbara Eduarda Nóbrega Bastos (UFPE)

### Diretoria da Sociedade Brasileira de Estudos Organizacionais

Presidente: Prof. Dr. José Henrique de Faria (UFPR)

Vice-Presidente: Profa. Dra. Janaynna de Moura Ferraz (UFRN)

Secretária geral: Profa. Dra. Camila Furlan da Costa (UNIPAMPA)

Tesoureiro: Prof. Dr. Rafael Kruter Flores (UFRGS)

Secretária adjunta: Profa. Dra. Lydia Maria Pinto Brito (UNP)

## VIII. CASOS OMISSOS

Casos não previstos nesta convocatória devem ser tratados diretamente com a comissão organizadora por e-mail: [vii\*\*c\*\*beo@gmail.com](mailto:vii<b>c</b>beo@gmail.com)

## Anexo A DETALHAMENTO DOS GTs APROVADOS

### GT01

Redes, Inovações e Organizações

#### Coordenadores

Prof. Dr. Antonio Carlos Andrade Ribeiro

Doutor em Sociologia

Observatório de Inovações e Redes Organizacionais/Universidade Federal de Alfenas (OIRO/UNIFAL-MG)

antonilos@gmail.com

Prof. Dr. Velcimiro Inácio Maia

Doutor em sociologia

Departamento de Tecnologia em Engenharia Civil, Computação e Humanidades / Universidade Federal de São João Del Rei (DTECH/UFSJ)

maia@ufsj.edu.br

#### Descrição

O Grupo de trabalho Redes, Inovações e Organizações tem como objetivo debater modelos analíticos e resultados de pesquisas cujo foco consiste em redes intra e interorganizacionais, bem como inovações institucionais e sociais. Os trabalhos a serem discutidos no grupo podem ser enquadrados sobre o prisma de diferentes disciplinas, passando pela sociologia, ciência política, administração, economia e psicologia. O grupo pretende criar um espaço transdisciplinar que favoreça a disseminação de contribuições de diversas abordagens sobre o tema, contribuindo para o desenvolvimento criativo dos estudos organizacionais brasileiros sobre redes, inovações e organizações. Espera-se reunir, por um lado, trabalhos sobre redes de organizações públicas e privadas que conformam redes de políticas públicas, redes de movimentos sociais, redes de partidos políticos, redes de cidades, redes de organizações não governamentais e redes de empresas. Por outro lado, serão selecionados estudos sobre inovações institucionais e sociais que destaquem mecanismos associados às redes intra ou interorganizacionais. Pretende-se que as discussões realizadas no GT contribuam para o avanço do conhecimento acerca de como operam os mecanismos de gênese, reprodução e difusão de redes organizacionais e inovações, bem como sobre a formação de laços em redes intra e interorganizacionais. Em um sentido geral, o GT priorizará pesquisas sobre o processo de mudança institucional e sobre o impacto da desigualdade social na configuração de redes intra e interorganizacionais. Pontualmente, interessa reunir trabalhos sobre a seleção social de parceiros, o impacto do capital social e da força dos laços sobre o desempenho de atores imersos em redes, a manifestação do efeito Mateus em sistemas de trocas intra e interorganizacionais, a solução de conflitos em redes e processos de isomorfismo e empreendedorismo institucional. Também serão incluídos trabalhos sobre as dimensões estrutural, espacial, relacional, cultural-cognitiva e política de redes organizacionais. Trabalhos teóricos que discutam temas como: agência-estrutura, cooperação-conflito, problemas de ação coletiva, poder em campos organizacionais, comparação entre os conceitos de redes, campos e ambientes organizacionais e outros temas relacionados.

## GT02

Comportamento Humano, Organização e Trabalho

### Coordenadores

Kely César Martins de Paiva  
Doutora em Administração  
Universidade Federal de Minas Gerais  
kelypaiva@face.ufmg.br

Diego Costa Mendes  
Doutor em Administração  
Universidade Federal de Viçosa  
diegocostape@gmail.com

Jair Nascimento Santos  
Doutor em Administração  
Universidade Salvador  
jair.santos@unifacs.br

Jesuína Maria Pereira Ferreira  
Doutora em Administração  
Centro Universitário UNIFBV  
jesuinna@gmail.com

José Ricardo Costa de Mendonça  
Doutor em Administração  
Universidade Federal de Pernambuco  
jrcom@ufpe.br

Milka Alves Correia Barbosa  
Doutora em Administração  
Universidade Federal de Alagoas  
milka.correia@gmail.com

### Descrição

O objetivo do grupo temático será incentivar as discussões em torno do campo do "Comportamento Humano, Organização e Trabalho", promovendo debates integrados entre subtemas tradicionais e contemporâneos. Toda organização se constitui a partir das ações dos sujeitos, tornando fundamental os estudos e pesquisas sobre comportamento humano e trabalho em organizações.

As formas de organizar o trabalho engendram subjetividades próprias do comportamento humano, de maneira que é possível refletir sobre um conjunto de particularidades neste tema. Este GT tem por finalidade debater não o desenvolvimento de técnicas de aperfeiçoamento da organização e do processo de trabalho, mas as contribuições para o desenvolvimento humano na perspectiva comportamental.

As pesquisas nesta área não são recentes, mas têm ganhado impulso no Brasil devido a diversos aspectos: na academia, as dificuldades em torno de delimitações conceituais e de campos de pesquisa têm privilegiado alguns temas em detrimento de outros e, em ambos os casos, contribuído para avanços nas políticas e práticas de gestão aquém de seu potencial, no interior

das organizações; já nestas, percebe-se tanto o tratamento superficial e ideológico dessas questões como o despreparo dos responsáveis pela gestão de pessoas em lidar com os processos envolvidos, suas causas e consequências.

Considera-se fundamental conhecer não apenas os resultados das pesquisas, mas também os aportes metodológicos que têm permitido aos pesquisadores se aproximarem dos fenômenos em foco, melhor delimitarem e aprofundarem nas temáticas, ampliarem as discussões e contribuir para a difusão desse conhecimento, extremamente útil aos estudos sobre trabalho e comportamento humano nas organizações, especialmente as brasileiras.

Em princípio, sugere-se a submissão de artigos que tratem de: trabalho e valores pessoais, profissionais e organizacionais; trabalho e vínculos organizacionais nas relações de trabalho (comprometimento, entrincheiramento, consentimento); qualidade de vida no trabalho, estresse ocupacional e síndrome de burnout; justiça organizacional, atitudes retaliatórias e retaliação no trabalho; prazer e sofrimento no trabalho; espiritualidade e bem estar no trabalho; suporte organizacional, social e no trabalho; sentidos e significados do trabalho; impactos da resiliência organizacional, sistêmica e individual; jovens e idosos nas organizações e ageísmo organizacional; percepções temporais, organização e trabalho.

Estudos que considerem aspectos críticos relacionados aos descritos também são bem-vindos, assim como os de aportes epistemológicos e/ou metodológicos distintos, bem como outros que tangenciem os subtemas e sejam considerados pertinentes à temática principal.

### GT03

Análise Reflexiva da Prática Social nas Organizações: Contemplando as Relações Trabalho e Subjetividade

#### Coordenadores

Raquel Dorigan de Matos. Doutora em Administração. Unicentro. raqueldorigan@uol.com, (41) 99996 0539.

Liliane Canopf. Doutora em Administração. UTFPR. liliane-cefet@hotmail.com

Yára Lúcia Mazziotti Bulgacov. Doutora em Educação. UP. ybulgacov@gmail.com

Rafael Carvalho Machado. Doutorando em Administração. UP. rafael.machado@gmail.com

#### Descrição

**OBJETIVO:** Analisar as relações trabalho e subjetividade nas organizações compreendidas como um emaranhado de práticas sociais contraditórias e historicamente construídas.

**SÍNTESE/ESCOPO:** Voltado para o aprofundamento teórico/metodológico das relações trabalho e subjetividade nas organizações. Estas, compreendidas como fenômeno social, histórico e dialético, um elemento da sociedade que está sempre em estado de tornar-se, produto do processo de construção social e intersubjetivo e de produção de subjetividades, sentidos, invenções e reproduções. Nas organizações densos processos cotidianos se interconectam em vozes, lugares e momentos diferentes. Tem-se como pressupostos o modelo ativo de interpretação social, a negociação da realidade estruturada, seus processos e relações, bem como os limites e implicação das escolhas.

Toma-se a prática social e histórica como a menor unidade de análise social/organizacional, seus processos e relações; sendo um fenômeno empírico da vida cotidiana, na qual se expressa a experiência humana em sua complexidade, enfatizando a interdependência das relações entre os indivíduos e o mundo. Como método consideram-se as narrativas como expressão primeira da racionalidade prática e da subjetividade social enraizada socialmente.

Entende-se pesquisa como prática social reflexiva, libertadora, expansiva e engajada. Assim, são bem-vindos trabalhos que investigam temas de interesse dos estudos organizacionais como relações de poder, sentido do trabalho, sofrimento e resistência, emoção, identidade, práticas de

inovação, práticas de aprendizagem expansiva e apresentem metodologias, métodos e técnicas de pesquisa que façam o enfrentamento da dicotomia entre o sujeito que pensa e o que executa.

#### GT04

Casos para Ensino nos Estudos Organizacionais Brasileiros

#### Coordenadores

Elisabeth Cavalcante dos Santos - Doutora em Administração (PPGA/UFPB). Professora permanente do Programa de Pós Graduação em Gestão, Inovação e Consumo, Centro Acadêmico do Agreste, Universidade Federal de Pernambuco (PPGIC/CAA/UFPE). [elisabethcsantos@gmail.com](mailto:elisabethcsantos@gmail.com)

Diogo Henrique Helal - Doutor em Ciências Humanas (UFMG). Pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ). [diogohh@yahoo.com.br](mailto:diogohh@yahoo.com.br)

#### Descrição

Na busca por um conhecimento que dê ênfase às práticas cotidianas das organizações e do trabalho, o método de caso para ensino se apresenta como uma ferramenta interessante, sobretudo pela capacidade de expor situações (reais ou fictícias) que provoquem reflexões a partir de determinadas abordagens teóricas. De modo didático e criativo, mesclando linguagem científica e jornalística, os casos para ensino possibilitam que diferentes realidades sejam apresentadas, promovendo debates sobre dinâmicas locais de organização e de trabalho. Desse modo, entende-se que o método de caso para ensino traz, para o processo de ensino-aprendizagem, exemplos que tratam da realidade nacional e regional, fugindo da aplicação de casos, teorias e metodologias estranhas à realidade brasileira.

Cientes de que o caso para ensino representa apenas alguns elementos de uma realidade complexa, e da importância de um embasamento teórico consistente, que permita a análise dos problemas apontados (MACHADO; CALADO, 2008), parte-se da premissa de que, além de ser um método de ensino enriquecedor na área de administração, casos para ensino bem construídos apresentam insights relevantes para a construção científica, promovendo interpretações teoricamente fundamentadas sobre experiências diversas. Em outros termos, mais do que uma ferramenta de ensino, os casos mostram a relação entre teoria e ocorrências reais, permitindo que o docente leve a pesquisa que desenvolve para a sala de aula, num formato inteligível para o estudante (IKEDA; VELUDO-DE-OLIVEIRA; CAMPOMAR, 2006).

Isto posto, o objetivo desse Grupo de Trabalho é explorar o potencial dos casos para ensino enquanto método de ensino-aprendizagem capaz de auxiliar a construção de conhecimento relevante na área dos Estudos Organizacionais Brasileiros. Serão aceitos casos para ensino que abordem situações, experiências ou relatos que retratem o contexto nacional e/ou regional, promovendo compreensões a partir de temas como cultura, diferenças, poder e resistências, território, Estado, trabalho, modos de organizar, violência etc. Importante destacar que só serão aceitos casos para ensino que possuam, minimamente, as seções de narrativa do caso e de notas de ensino, esta última contendo: Resumo, Objetivos pedagógicos, Fonte dos dados, Alternativas para análise do caso, Questões para discussão, Guia teórico para análise das questões e Referências, seguindo orientações de Gil (2004), Ikeda, Veludo-de-Oliveira e Campomar (2006), Roech (2007) e Alberton e Silva (2018).

#### REFERÊNCIAS

GIL, Antonio C. Elaboração de Casos para o Ensino de Administração. Contextus – Revista Contemporânea de Economia e Gestão, v. 2, n. 2, p. 07-16, 2004.

ALBERTON, Anete; SILVA; Anielson B. Como Escrever um Bom Caso para Ensino? Reflexões sobre o Método. Revista de Administração Contemporânea, v. 22, n. 5, p. 745-761, 2018.

MACHADO, André G. C; CALLADO, Antonio A. C. Precauções na adoção do método de estudo de caso para o ensino de administração em uma perspectiva epistemológica. Cadernos Ebape.br, n. Especial, p. 01-10, 2008.

IKEDA, Ana A.; VELUDO-DE-OLIVEIRA, Tânia, M.; CAMPOMAR, Marcos, C. O caso como estratégia de ensino na área de Administração. Revista de Administração, v. 41, n. 2, p. 147-157, 2006.

ROESCH, Sylvia M. A. Notas sobre a construção de casos para ensino. Revista de Administração Contemporânea, v. 11, n. 2, p. 213-234, 2007.

## **GT05**

Relações de Trabalho, Tecnologias Produtivas e Subjetividades no Capitalismo Contemporâneo

### **Coordenadores**

Aline Fábila Guerra de Moraes. Doutora em Administração. Professora na Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: lineguerra@hotmail.com

Bárbara Katherine Faris Biondini. Mestre em Administração. Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: barbarakbiondini@gmail.com

David Silva Franco. Doutor em Administração. Professor no Instituto Federal de Minas Gerais. E-mail: david.franco@ifmg.edu.br

Sabrina Cavalcanti Barros. Doutora em Psicologia. Professora na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, campus FACISA. E-mail: sabrina.psic@gmail.com

### **Descrição**

Este Grupo de Trabalho tem como objetivo estimular discussões que abordem como as relações de trabalho estão dadas na dinâmica do cenário sócio-produtivo contemporâneo, priorizando perspectivas críticas acerca das novas tecnologias de organização do trabalho que, no capitalismo hodierno, apresentam diversas mediações que obscurecem o seu traço típico de subsunção do trabalho alienado à acumulação privada de valor. Ao pensarmos o trabalho como elemento fundante da sociabilidade do ser, temos em mente que na sociedade capitalista ele adquire caráter próprio, marcado pelo processo de produção sob o antagonismo de classes. A força de trabalho, por exemplo, é mercadoria deste processo e é moldada a partir do momento histórico de produção vivenciado. Ao voltarmos nosso olhar para o processo de produção na atualidade, visualizamos relações de trabalho assinaladas por novas expressões de precarização, desregulamentação e flexibilização. Essas alterações são fomentadas, por exemplo, por mudanças na legislação - como no caso da 'Reforma Trabalhista' - e pelos avanços tecnológicos situados em relações sociais de poder, permitindo novas modalidades de trabalho a distância e de intermediação do trabalho via aplicativos.

Portanto, neste Grupo de Trabalho, buscamos estudos que versem criticamente sobre as relações de trabalho da atualidade, discutindo temáticas como, por exemplo (mas não apenas): precarização do trabalho, tecnologias de gestão de pessoas, organização sindical, formas de resistência do trabalhador, assédios, segurança no/do trabalho, saúde e adoecimento do trabalhador, produção de subjetividades, violência no trabalho, suicídio, uberização, produção de conhecimento, as relações entre trabalhador e tecnologias de trabalho e a percepção dos trabalhadores acerca das alterações nas relações de trabalho. Artigos resultantes de pesquisas

empíricas concluídas ou em andamento, assim como ensaios teóricos, são bem-vindos à discussão aqui proposta.

## GT06

A Vida Social dos Métodos

### Coordenadores

Cláudia Simone Antonello. Doutora. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, claudia.antonello@ufrgs.br

Maria Beatriz Rodrigues. Doutora. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, beatriz.rodrigues@ufrgs.br

Marcio Pascoal Cassandre. Doutor. Universidade Estadual de Maringá, mpcassandre@uem.br

### Descrição

Os fenômenos e suas definições são sempre complexos, em um mundo cada vez mais fluido, múltiplo e mutável, principalmente se a compreensão dos mesmos não segue a ideia de uma realidade concreta e atingível por meio de métodos “adequados”. As universidades e agências de pesquisa do governo costumam ser os locais em que, preponderantemente, podemos encontrar métodos de pesquisa social. Mas agora os locais também se multiplicaram e encontramos métodos de pesquisa social sendo “inventados” e circulando no setor privado, em organizações comunitárias e em novos campos disciplinares. Algumas de nossas principais questões são, portanto: Quais são os possíveis espaços alternativos de conhecimento? Quais são as alternativas aos sistemas de conhecimento hegemônico? Onde os métodos de pesquisa social estão sendo inventados? Como eles estão sendo verificados? Como o conhecimento que eles produzem é validado? E como eles estão transitando entre diferentes campos de conhecimento? Que tipo de invisibilidades e ausências são apresentadas pelos métodos das ciências sociais? Como os métodos engendram realidades? O GT “A vida social dos métodos” reflete criticamente o conceito tradicional de método, adotando a noção de estratégias de produção de conhecimento nas quais se encontram mutuamente implicados o problema de pesquisa, o modo de construí-lo e o corpus teórico que lhe dá sustentação. Apresenta o debate contemporâneo em Pesquisa Qualitativa e procura esclarecer questões relativas às relações entre teorias, métodos, técnicas e estratégias, que permitam o desenvolvimento de pesquisas qualitativas com rigor e relevância. Parte da ideia de que as discussões fomentadas em bases críticas permitem o desenvolvimento de lentes vigorosas para pensar a realidade do locus de análise, do papel de quem propõe uma investigação e das pessoas envolvidas na trama da pesquisa. Para tal, centra-se nos fundamentos epistemológicos de várias abordagens metodológicas e debates contemporâneos sobre métodos empíricos, incluindo uso de imagem e produções artísticas, por exemplo. Sendo assim, introduz debates sobre métodos e promove a reflexão sobre formas de avaliar sua adequação, limitações, suposições e aplicações práticas na pesquisa. Busca contribuir para o debate de Estudos Organizacionais, não limitados à Administração, de forma atualizada, com ênfase nas metodologias qualitativas, procurando sempre que possível articular essas discussões com o plano morfológico e operatório de pesquisas. Incentiva o desenvolvimento, a familiaridade e a construção de ampla gama de possibilidades metodológicas que permitam ler e avaliar criticamente pesquisas conduzidas em uma variedade de perspectivas. Quando as práticas de pesquisa são críticas, repropostas, construídas e desconstruídas, elas assumem caráter político e de transformação social. Os métodos auxiliam na tarefa de organizar e entender informações de

um mundo imprevisível, não prontamente disponível, feito de alianças, associações, inter-relações, diferentes atores e influências.

A partir de pesquisas realizadas no campo das Ciências Organizacionais, o GT busca apresentar uma visão geral do campo de pesquisa qualitativa, que permita:

- (a) discutir o alinhamento entre teoria e método, sobretudo o papel da teoria na estratégia de pesquisa e como fazer uma contribuição teórica;
- (b) desenvolver uma explícita apreciação de como alcançar a coerência entre os três domínios de uma pesquisa de qualidade (domínios substantivo, teórico e metodológico);
- (c) elaborar diretrizes metodológicas e explorar critérios para desenvolver, publicar e avaliar pesquisas qualitativas de qualidade.
- (d) propor um espaço de interlocução e debate de propostas metodológicas já finalizadas ou ainda em desenvolvimento.

## GT07

Organização, Política e Cultura

### Coordenadores

Eloise Helena Livramento Dellagnelo

Dra. Engenharia de Produção UFSC

Programa de Pós graduação em Administração – Universidade Federal de Santa Catarina

eloiselivramento@gmail.com

Helena Salles Uglione

Dra. Administração UFSC

Programa de Pós graduação em Administração – Universidade Federal de Santa Catarina

helenasalles@ufsc.br

José Marcio Barros

Dr. Comunicação e Cultura – UFRJ

Programa de Pós graduação em Arte – UEMG

Programa de Pós Graduação Cultura e Sociedade UFBA

Josemarciobarros@gmail.com

### Descrição

Este GT acolhe comunicações de pesquisas finalizadas ou em andamento, além de relatos reflexivos de experiências e análises de realidades conjunturais que se relacionam com o campo expandido de convergência entre políticas culturais, organização da cultura e gestão da cultura. Esperamos receber artigos construídos a partir de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, voltadas à análise crítica de modelos, práticas e discursos tanto em ambientes institucionais e organizacionais formais quanto não-formais, sejam eles estatais, privados e não-governamentais. Nos interessa promover o intercâmbio de conhecimentos e experiências que abordem a política como realidade plural; a organização e a gestão como substantivos e verbos e a cultura em sua diversidade. A análise de arranjos organizacionais de gestão de políticas, programas e projetos culturais; a compreensão de modelos e práticas de gestão de organizações, espaços e grupos culturais; questões afeitas à participação social em suas diferentes dinâmicas, espaços e agentes, configuram o espectro de interesses do GT.

## GT08

Diálogos sobre o Trabalho

### Coordenadores

Andrea Poleto Oltramari

Titulação: Doutorado em Administração

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul E-mail: andreaoltr@gmail.com

Admardo Bonifácio Gomes Júnior

Titulação: Doutorado em Educação e Filosofia

Instituição: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais Email:  
admardo.jr@gmail.com

Fernanda Tarabal Lopes

Titulação: Doutorado em Administração

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul E-mail: fernanda.tarabal@ufrgs.br

Ludmila de Vasconcelos Machado Guimarães

Titulação: Doutorado em Administração

Instituição: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais E-mail:  
ludmilavmg@gmail.com

Raquel de Oliveira Barreto

Titulação: Doutorado em Administração

Instituição: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais E-mail:  
prof.raquel.barreto@gmail.com

### Descrição

Nosso intuito com este grupo de trabalho é dar continuidade aos diálogos iniciados nos III, IV e V CBE O, trazendo novamente para a discussão, no âmbito dos Estudos Organizacionais, as perspectivas de compreensão do trabalho humano conhecidas como "Clínicas do Trabalho". Uma abordagem Clínica sempre busca compreender o que faz a singularidade radical de uma situação, problema, ou mal-estar, de grupos ou pessoa. Uma Clínica do Trabalho dirige sua atenção para as singularidades expressas nas atividades de trabalho. Como sabemos, são muitas e diferenciadas as possibilidades de pesquisa e intervenção sob as orientações das abordagens que se reconhecem como "Clínicas do Trabalho", as quais destacamos: a Clínica da Atividade, a Psicodinâmica do Trabalho, a Ergologia, a Psicossociologia, a Psicanálise em Extensão, dentre outras. Intentamos explorar como encaminham, em cada abordagem, as pesquisas e investigações: Com que métodos? Munidos de quais conceitos e construtos teóricos? Na expectativa de que tipo de resultados? As possibilidades de compreensão do trabalho por meio das abordagens clínicas têm sido cada vez mais recorrentes no campo dos Estudos Organizacionais, e mostram-se um caminho profícuo e aprofundado para se tratar as mais diversas possibilidades de relações estabelecidas do homem, com e no trabalho. Além das abordagens específicas mencionadas, são também bem-vindas propostas que dialogam sobre o trabalho humano em suas diversas facetas, tais como: as circunstâncias pelas quais o trabalho é construído e reconstruído; a produção social de sofrimento no trabalho; os aspectos criativos e construtivos do sujeito em sua experiência no trabalho; significados simbólicos atribuídos ao trabalho, processo e organização; as relações de trabalho em uma concepção crítica e dialógica.

Assim, queremos oportunizar aos estudiosos que já se orientam nessas vertentes um espaço para o debate e a reflexão, e para a comunidade em geral, a possibilidade de conhecimento nessa área de investigação.

## GT09

Ética nas Organizações, Sustentabilidade e Negócios Sociais

### Coordenadores

Nome: Paulo Thiago Nunes Bezerra de Melo

Titulação: Doutor em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina

Instituição: Universidade Federal Rural de Pernambuco - Unidade Acadêmica de Serra Talhada

E-mail: pthiagoadm@hotmail.com

Nome: Carla Regina Pasa Gómez

Titulação: Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina

Instituição: Universidade Federal de Pernambuco - Departamento de Ciências Administrativas

E-mail: carlapasagomez@gmail.com

Nome: Priscilla Borgonhoni Chagas

Titulação: Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Instituição: Universidade Estadual de Maringá, Maringá (UEM) - Departamento de Administração

E-mail: priscillabchagas@gmail.com

### Descrição

Este GT é o resultado de desenvolvimento dos GTs “Negócios Sociais e Sustentabilidade”, formado no CBEO de 2019 no Recife, e “Ética Ambiental”, criado na edição de 2018 desse evento. O objetivo deste GT é discutir estudos que abordam a ética nas organizações, ressaltando as questões morais da humanidade, os desafios do desenvolvimento sustentável e as iniciativas de negócios sociais.

Um dos escopos deste GT são as questões morais da humanidade. Neste escopo, interessam os estudos sobre as diferentes classificações éticas, que discutem seus enfrentamentos, distinções, conceitos e limites. Nesse sentido, também interessam os estudos que fundamentam a moral, destacando o irracionalismo nas decisões, as escolhas de valor, as orientações para a ação, a crítica à razão moderna, bem como a recuperação da racionalidade moral. Os estudos que tratam das relações entre moral, direito e política também são bem vindos, inclusive os que trazem discussões sobre a ética discursiva e procedimentalismo. Este escopo também é composto por estudos sobre a ética na democracia, discutindo seus valores, a aproximação entre as orientações para a finalidade e para o dever, as contribuições aristotélicas e kantianas, a finalidade moral da linguagem e a doutrina das virtudes. Ademais, interessam os estudos sobre o coletivismo e o individualismo, enquanto princípios de pressupostas identidades políticas, o caráter da autonomia e a virtude da solidariedade, assim como a gestão de valores na política.

Este GT também tem como escopo os desafios do desenvolvimento sustentável. São bem vindos, neste escopo, os estudos que discutem o conceito de desenvolvimento sustentável e seus caminhos, a definição de crescimento econômico, a perpetuação da pobreza e as ameaças ambientais globais. Interessam os estudos sobre a desigualdade social de rendimentos, formas de avaliar o bem-estar, desigualdades entre populações urbanas e rurais, as formas de trabalho na agricultura, bem como discussões sobre desigualdade social em nível mundial, nacional ou territorial. Este escopo também é composto por estudos sobre a educação, sua qualidade e a universalização do seu acesso, ressaltando o desenvolvimento humano, inclusive da primeira

infância, seus retornos, mobilidade social, papel do ensino superior e responsabilidades de cidadania assumidas por organizações da sociedade civil e lideranças comunitárias. Os estudos sobre mudanças climáticas também são bem vindos, discutindo seus princípios, consequências das ações antropogênicas, redução de emissões de gases, territórios inteligentes, soluções territoriais, captura de carbono, instrumentos político, progresso tecnológico e técnicas produtivas sustentáveis.

Também fazem parte deste GT os estudos sobre Iniciativas de negócios sociais, discutindo articulações com distributed economy, cooperativismo, empreendedorismo social e economia do compartilhamento, bem como com arranjos produtivos locais e desenvolvimento territorial. Nesse sentido, interessam os estudos que analisam a busca do desenvolvimento sustentável, redução do impacto social, relações não hierarquizadas, cooperação, vínculo com instituições locais, identidade territorial, especialização produtiva e inovação. Este escopo também é composto por discussões sobre negócios sociais em nível global, analisando as organizações que estabelecem uma ordem mundial para além dos limites nacionais, sejam organizações intergovernamentais, ONGs ou empresas multinacionais. Os estudos sobre iniciativas orientadas para a base da pirâmide, em suas diversas abordagens, incluindo aquelas que discutem modelos participativos, também são bem vindos. Ainda são do interesse deste GT os estudos que abordam o papel das estratégias e das comunicações organizacionais na sociedade do consumo, promovendo um debate sobre padrões do comportamento consumidor e as organizações coletivistas de consumo, sejam deliberadas ou não, que incentivam o consumo compartilhado.

## GT10

Gestões da/na Vida Social Organizada

### Coordenadores

Alexandre de Pádua Carrieri, Dr.  
Professor Titular, Universidade Federal de Minas Gerais  
alexandre@face.ufmg.br

Elisa Yoshie Ichikawa, Dra.  
Professora Associada, Universidade Estadual de Maringá  
eyichikawa@uem.br

Luiz Alex Silva Saraiva, Dr.  
Professor Associado, Universidade Federal de Minas Gerais  
saraiva@face.ufmg.br

### Descrição

A partir de uma perspectiva plural e multidisciplinar, o intuito deste GT é abrir espaço para múltiplas problematizações em torno das distintas dimensões associadas à gestão da e na vida social organizada. Para isso, tomamos a gestão de forma ampliada, incorporando discussões dos seus aspectos sociais, políticos, culturais, simbólicos, éticos, históricos, por exemplo. Isso significa humanizá-la à medida que se considera os elementos ordinários e cotidianos associados às concepções e práticas do que constitui lidar, em algum nível, com a vida social organizada. Encorajamos um debate amplo que mine posições hegemônicas a respeito do que é a organização e como ela pode ser compreendida, particularmente considerando as pluralidades de saberes, racionalidades, temporalidades, discursos, tecnologias, economias e diferenças nos contextos urbano e/ou rural.

## GT11

### Administração Política e Estado Ampliado no Brasil

#### Coordenadores

Agatha Justen Gonçalves Ribeiro

Doutora em Administração (EBAPE/FGV)

Professora Adjunta do Departamento de Administração (STA) da Universidade Federal Fluminense (UFF)

E-mail: agatha\_justen@hotmail.com

Claudio Roberto Marques Gurgel

Doutor em Educação (UFF)

Professor Titular da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC) da Universidade Federal Fluminense (UFF)

E-mail: crmgurgel@hotmail.com

Élcio Gustavo Benini

Doutor em Educação (UFMS)

Professor Adjunto da Escola de Administração e Negócios (ESAN) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

E-mail: elcio.benini@ufms.br

Rômulo Carvalho Cristaldo

Doutor em Administração (NPGA/UFBA)

Professor Adjunto na Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia (FACE) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

E-mail: romulocris@gmail.com

Rossi Henrique Chaves

Mestre em Administração (CEPEAD/UFMG), Doutorando em Administração (CEPEAD/UFMG)

Professor Substituto do Departamento de Administração da Universidade Federal de Juiz de Fora, campus de Governador Valadares (DA/UFJF-GV)

E-mail: rossichaves@hotmail.com

#### Descrição

No âmbito dos estudos acerca do Estado, concorre um amplo rol de abordagens desde a economia clássica até a sociologia crítica, a partir de princípios epistemológicos, metodológicos e teleológicos os mais diversos. Essas contribuições proporcionam àquele processo social olhares desde perspectivas macroestruturantes, até as micropolíticas, cobrindo um amplo espectro de nuances e questões. No entanto, o campo dos estudos organizacionais historicamente se vincula à problemática em questão, em sua maior parte, a partir da limitada visão da administração pública, esta, por sua vez, um desdobramento da ciência política, com forte presença do direito administrativo.

Os aspectos normativo e técnico que envolvem a administração pública em seu sentido estrito, a nosso ver, limitam e constroem as potenciais contribuições que o campo dos Estudos Organizacionais pode proporcionar acerca do Estado. Tal limitação vem sendo percebida por um grupo crescente de estudiosos, que exploram essa lacuna a partir de concepções como as da administração política (SANTOS et al, 2017), da economia solidária (SOUZA; SAUER; BENINI,

2019), da crítica da nova gestão pública e da reforma do Estado (FARIA; VARGAS DE FARIA, 2017. GURGEL, 2017), da crítica marxista do Estado (JUSTEN; GURGEL; FERRAZ; PAÇO CUNHA, 2017. PAÇO CUNHA, 2016), da crítica da ideia de desenvolvimento (CRISTALDO; SENNA; MATOS, 2018), entre outros.

A proposta que aqui se apresenta parte da premissa de que existem dimensões nos estudos organizacionais que apresentam fecundas alternativas de compreensão do Estado e suas transformações contemporâneas que extrapolam o escopo tecnicista da administração pública. Nesse sentido, o intento do grupo de trabalho é oferecer espaço para aquelas pesquisas que abordam o Estado de uma perspectiva crítica. O objetivo é estudar desde aspectos estruturantes — as relações entre o Estado, o capital e o trabalho, a Sociedade, o desenvolvimento, a Administração Política, etc. —, até suas expressões, focos de resistência e contradições em um nível micro relacional, como a gestão, a representação, manifestações da mediação política como a emergência dos fascismos, entre outros.

Pretendemos atrair trabalhos que se preocupem em estudar temas como:

- 1) Administração Política e o papel do Estado;
- 2) Administração Política e gestão para o desenvolvimento no Brasil do século XXI;
- 3) Relação Estado e Sociedade civil no Brasil contemporâneo;
- 4) Crítica das organizações e disputas pelo fundo público: mídia, Universidade, religião, sindicatos, partidos políticos, movimentos sociais e luta de classe no Brasil;
- 5) Processo de fascistização e emergência de governos autoritários;
- 6) Par potência/impotência da administração pública: resolução de problemas sociais e acumulação do capital;
- 7) Classes, interesses e tecnobucracia;
- 8) Concertação social, neocorporatismo e políticas públicas.

Essa lista não pretende ser exaustiva, de modo que trabalhos sobre outros aspectos do Estado no âmbito dos Estudos Organizacionais serão muito bem vindos.

## **GT12**

Estado, Sociedade e Organizações: (Re)Articulações Históricas e as Disputas entre Memória Oficial e Memória Silenciada

### **Coordenadores**

Alessandra Mello da Costa – Doutora em administração Ebape/FGV – Professora do PPGA IAG/PUC Rio – [alessandra.costa@iag.puc-rio.br](mailto:alessandra.costa@iag.puc-rio.br)

Amon Barros – Doutor em administração FACE/UFMG – Professor da University of Essex Business School – [amon.barros@essex.ac.uk](mailto:amon.barros@essex.ac.uk)

Denise Franca Barros - Doutora em administração Ebape/FGV – Professora do PPGA Unigranrio – [denise.fb@globo.com](mailto:denise.fb@globo.com)

Sergio Pinho Wanderley – Doutor em administração Ebape/FGV – Professor do PPGA Unigranrio – [sergiow.gaz@terra.com.br](mailto:sergiow.gaz@terra.com.br)

### **Descrição**

Este GT se articula ao eixo temático 5 (Estado), pois busca pesquisas que se concentrem nas relações políticas, econômicas e psicossociais que se estabelecem entre Estado(s), indivíduos, organizações e sociedade a partir de uma perspectiva histórica. A chamada é aberta a diferentes abordagens teóricas e metodológicas e que promovam a interdisciplinaridade com campos para

além da história, como por exemplo a ciência política (Ribeiro, 2006) e a história do pensamento econômico brasileiro (Bielschowsky, 1988).

São bem-vindos estudos analisando as diversas fontes e os arquivos históricos e sua contribuição para avançar o entendimento dos fenômenos organizacionais. Adicionalmente, trabalhos sobre a abordagem histórica para além de um engajamento superficial com o passado também são de interesse do GT. Assim, pretendemos receber discussões sobre a exploração estratégica do passado pelas empresas. Organizações criam e gerenciam os seus acervos e arquivos construindo significados e colocando memórias oficiais e memórias silenciadas em conflito. Ademais, empresas podem usar o seu passado como um recurso (Foster, et al., 2011) e toda lembrança tem uma dimensão política, muitas vezes negligenciada (Sørensen, 2014). Nesse sentido, cabe questionar como as diversas organizações estatais e privadas atuam a fim de produzir ou ocultar memórias coletivas (Rowlison, et al., 2010).

Os trabalhos submetidos podem, ainda, focar-se em fontes históricas diversas – como as que podem ser encontradas em arquivos públicos, arquivos privados e/ou empresariais, arquivos da Comissão Nacional da Verdade; jornais da época (Brito, 2011); filmes; documentários, propagandas, obras de arte e quaisquer outras formas de comunicação. Documentários como “Jango” (Tendler, 1984), “Cidadão Boilesen” (Litewski, 2009), “O Prólogo” (Marinho, 2013), “O Dia que durou 21 anos” (Tavares, 2013) e “Em Nome da América” (Weller, 2017). Esses documentos, são importantes fontes de pesquisa para investigações sobre a Ditadura Civil-Militar brasileira, assim como as propagandas veiculadas pelas empresas durante tal período histórico.

Pesquisas que buscam delinear características de períodos históricos, também podem trazer reflexões interessantes para se pensar as organizações e o Estado. Por exemplo, entre 1930 e 1960 o nacional-desenvolvimentismo marcou a organização do Estado brasileiro (Bielschowsky, 1988; Tenório e Wanderley, 2018) e influenciou as dinâmicas sociais do país.

Além disso, interessam pesquisas explorando as relações entre organizações (empresarias ou não) e o Estado antes e durante a ditadura empresarial-militar brasileira (1964-1985) (Dreifuss, 1981; Gonçalves, 2016). A participação dessas organizações é um campo de pesquisa vasto e pouco explorado. Por exemplo, a Comissão Nacional da Verdade apurou mais de oitenta empresas envolvidas com o financiamento de práticas repressivas (Costa e Silva, 2018). Nesse sentido, a responsabilidade social corporativa, pode possuir um elemento histórico (Schrempf-Stirling, Palazzo e Philips, 2016).

Nesse sentido, desenvolvimentos políticos atuais trazem reminiscências do passado histórico, salientando o papel de empresas e outras organizações da sociedade civil, como think tanks, na formação das sociedades (Barros e Wanderley, 2019). Um exemplo recente é a resistência do Banco Central em abrir os arquivos do Conselho Monetário Nacional no qual autoridades do governo e empresários tomavam decisões conjuntas (Leitão, 2018).

Em um nível de análise macro, as investigações podem apontar como articulações entre o Brasil e Estados estrangeiros, que implicaram em alteração nas relações entre Estado, sociedade e organizações no Brasil (e na América Latina). Exemplos incluem a Aliança para o Progresso (Ribeiro, 2006; Taffet, 2007) assinada entre o governo dos EUA e países da América Latina – com exceção de Cuba – e a “Operação Condor” organizada entre os militares na América do Sul (Mader, 2007).

Por fim, convidamos contribuições que partam de e privilegiem a história de vida dos sujeitos, a preocupação com a compreensão do sujeito e de seu mundo utilizando as abordagens teóricas da Psicossociologia, dentre outras vertentes, que versem sobre biografias, história, história de vida e experiência. Essas abordagens, quando inseridas em seu contexto, permitem delinear conclusões que permitem pensar o conjunto da sociedade (e.g. Bosi, 1994).

### Coordenadores

Marina Dantas de Figueiredo, Dra. pela UFRGS, Professora adjunta no PPGA da Unifor, marina.dantas@unifor.br

Fábio Freitas Schilling Marquesan, Dr. pela UFRGS, Professor adjunto no PPGA da Unifor, marquesan@unifor.br

Leticia Dias Fantinel, Dra. pela UFBA, Professora adjunta no PPGAdm da UFES, leticiafantinel@gmail.com

Fábio Luiz Zanardi Coltro, Dr. pela UEL, Professor colaborador no PPGAdm da UEL, fzcotro@gmail.com

### Descrição

Para o VII CBEO, em Juiz de Fora, propomos reflexões que coloquem o organizar em perspectiva a partir de políticas mais que humanas (Beacham, 2018). O escopo dessa perspectiva implica trabalhar nas chamadas zonas cinzentas nas quais opera uma suposta dualidade entre natureza e cultura. Isso envolve desnaturalizar cisões artificiais que são impostas a saberes que perpassam o biológico, o social, o cultural, o econômico e o organizacional e compreender que é no entrecruzamento dessas diferentes esferas que emergem biossocialidades (Rabinow, 1992). E é sobre tais biossocialidades, que nos debruçamos, pautados no esforço de articulação entre saberes diversos.

Instamos os interessados, portanto, ao desafio de pensarmos sobre os limites e fragilidades dos modos de desenvolvimento capitalista que, por meio de práticas organizacionais destrutivas (Banerjee, 2008), vêm produzindo interações com o ambiente e outras formas de vida que resultam em catástrofes ambientais, mudanças climáticas e crises econômicas e socioambientais. Buscamos refletir sobre possíveis alternativas para pensarmos a própria existência da vida humana tanto quanto não-humana no contexto do Antropoceno/Capitaloceno, a partir de uma preocupação com a dimensão biossocial do organizar (Labatut, Munro e Desmond, 2016).

Gostaríamos de continuar o esforço de um projeto científico para repensar a relação organização-natureza nos Estudos Organizacionais no Brasil (Marquesan e Figueiredo, 2018). Entendemos que as discussões que foram iniciadas na edição de 2018 do CBEO, em que foram problematizados os “Estudos Organizacionais no Antropoceno” a partir da produção de questionamentos sobre o estilo de vida moderno-ocidental-capitalista, encontram espaço para seguir ativas no âmbito da Sociedade Brasileira de Estudos Organizacionais (SBEO).

Nessa linha, compreendemos as discussões sobre o Antropoceno (Crutzen, 2002; Malm e Hornborg, 2014; Steffen, Crutzen e McNeill, 2007; Steffen et al., 2015) e do Capitaloceno (Moore, 2015, 2016, 2017; Malm & Hornbrog, 2014) como uma arena de exposição e denúncia da crise ecológica ainda pouco trabalhada no campo científico, bem como de crítica à crença modernista de que uma boa gestão de ciência e tecnologia (Asafu-Adjaye et al., 2015) pode solucionar os problemas da humanidade. Entendemos que o Antropoceno é um fato científico novo, que ressalta a crise dos paradigmas modernos e que pode proporcionar a articulação de novas lentes para pensar o bem viver e o viver com os outros, numa perspectiva integrativa dos entes da natureza e dos efeitos do capitalismo (Ergene, Calás e Smircich, 2018). Além disso, o antropoceno traz a necessidade de revisão das epistemologias do norte e a abertura para a decolonialidade (Davis & Todd, 2017; Quijano, 2011).

Do exposto, comunicamos que o objetivo do GT é fomentar discussões que apontem as repercussões do pensamento científico em gestão e das técnicas/tecnologias de gestão sobre o meio ambiente e os limites que as perspectivas tradicionais hegemônicas sobre a relação organização-natureza têm imposto à Teoria Organizacional no contexto do pensamento intelectual

e da vida cotidiana. Buscamos pavimentar caminhos para a superação desse estado de coisas e convidamos trabalhos que se dediquem a debater questões tais como as seguintes (ainda que não limitadas a elas):

- Reflexões sobre a relação organização-natureza na Teoria Organizacional e imbricações da existência humana organizada com outras formas de vida;
- Debates sobre agendas teóricas, éticas e políticas que problematizem o especismo e o antropocentrismo na prática e na Teoria Organizacional;
- Contradições inerentes à tríade produção-distribuição-consumo da Ciência e da Tecnologia em relação às necessidades da vida humana contemporânea e à conservação do meio ambiente;
- Problematizações acerca da produção de desigualdades no acesso a recursos naturais tanto em ambientes rurais quanto urbanos;
- Teorizações alternativas ao paradigma dominante da sustentabilidade nos Estudos Organizacionais e decolonialidade;
- Discussões sobre políticas institucionais e práticas organizativas quanto ao impacto das atividades empresariais na natureza e nas comunidades afetadas;
- Reflexões sobre a responsabilidade dos estudiosos das organizações na crise ambiental contemporânea.
- Implicações da concepção da dualidade Sociedade-Natureza na produção capitalista e seus efeitos na crise sócio-ambiental contemporânea.

#### Referências

- ASAFU-ADJAYE, J. et al. An ecomodernist manifesto. 2015. Disponível em: [www.ecomodernism.org](http://www.ecomodernism.org). Acesso em: 03 de março de 2018.
- BANERJEE, S. B. Necrocapitalism. *Organization Studies*. v. 29, n. 12, 2008, p. 1541–1563.
- BEACHAM, J. Organising food differently: Towards a more-than-human ethics of care for the Anthropocene. *Organization*, v. 25, n. 4, p. 533–549, 31 jul. 2018.
- CRUTZEN, J. P. Geology of mankind. *Nature*. v. 415, 2002.
- DAVIS, Heather; TODD, Zoe. On the Importance of a Date, or Decolonizing the Anthropocene. *ACME: An International E-Journal for Critical Geographies*, v. 16, n. 4, 2017.
- ERGENE, S.; CALÁS, M. B.; SMIRCICH, L. Ecologies of sustainable concerns: organization theorizing for the Anthropocene. *Gender, Work & Organization*. v. 25, n. 3, 2018. p. 222-245
- LABATUT, J.; MUNRO, I.; DESMOND, J. Animals and organizations. *Organization*, v. 23, n. 3, p. 315–329, 2016.
- MALM, A.; HORNBERG, A. The geology of mankind? A critique of the Anthropocene narrative. *The Anthropocene Review*. v. 1, n. 1, 2014, p. 62-69.
- MARQUESAN, F. F. S.; FIGUEIREDO, M. D. de. Do ecoambientalismo à sustentabilidade: notas críticas sobre a relação organização-natureza nos estudos organizacionais. *O&S*. v. 25, n. 85, 2018. p. 264-286
- MOORE, Jason W. *Capitalism in the Web of Life: Ecology and the Accumulation of Capital*. Verso Books, 2015.
- MOORE, Jason et al. *Anthropocene or capitalocene?: Nature, history, and the crisis of capitalism*. Pm Press, 2016.
- MOORE, W. J. Value in the web of life, or, Why world history matters to geography. *Dialogues in Human Geography* 2017, Vol. 7(3) p. 326–330, 2017.
- QUIJANO, Anibal. Bien Vivir: entre el desarrollo y la des/colonialidad del poder. *Ecuador Debate*, v. 84, p. 77-88, 2011.
- RABINOW, P. Artificiality and Enlightenment: From Sociobiology to Biosociality. In: KWINTEE, J. C. AND S. (Org.). *Incorporations*. New York: Zone, 1992. p. 234–252.
- STEFFEN, W.; BROADGATE, W.; DEUTSH, L.; GAFFNEY, O.; LUDWIG, C. The trajectory of the Anthropocene: the great acceleration. *The Anthropocene Review*. v. 2, n. 1, 2015, p. 81-98.

STEFFEN, W.; CRUTZEN, P. J.; McNEILL, J. R. The Anthropocene: are humans now overwhelming the great forces of nature? *Ambio*. v. 36, n. 8. 2007.

## GT14

Conflitos Socioambientais: Atores, Experiências, Epistemologias e Métodos

### Coordenadores

Prof. Dr. Armindo dos Santos de Sousa Teodósio, PUC Minas, armindo.teodosio@gmail.com

Profa. Dra. Flávia Naves, UFLA, flvanes@gmail.com

Prof. Dr. Mário Aquino Alves, FGV EAESP, maquinoalves@gmail.com

Profa. Dra. Yuna Fontoura, FGV EBAPE, yunareis@gmail.com

Prof. Dr. Marcus Vinicius Peinado Gomes, Cardiff Business School, UK, mvpgomes@gmail.com

### Descrição

As manifestações que culminaram na Greve Mundial pelo Meio Ambiente em 2019 repercutem a preocupação de distintos grupos sociais sobre as consequências de conflitos socioambientais, que se tornaram mais explícitos nos últimos anos. A academia também passa a se dedicar às diferentes dimensões de tais fenômenos, que envolvem uma multiplicidade de atores e que apresentam conformações específicas dependendo dos territórios nos quais se desenrolam. Os processos de organização e de pesquisa possibilitam maior visibilidade para as lutas e enfrentamentos de populações vulneráveis, em territórios disputados pela exploração mineral, agropecuária, industrial e do espaço urbano, dentre outras. O campo de conhecimento da Administração, inclusive os Estudos Organizacionais, tem se posicionado ainda timidamente (embora com produção crescente) para a investigação de tais situações.

Estamos abertos a pesquisas conduzidas por diferentes abordagens teóricas e metodológicas, priorizando o diálogo e o contraditório sobre os seguintes tópicos:

- a) Conflitos ambientais envolvendo exploração de água, mineração, agricultura e segurança alimentar, energia, poluição, manejo dos resíduos sólidos, preservação da biodiversidade e também decorrentes das mudanças climáticas;
- b) Conflitos socioambientais envolvendo direitos humanos como vida, habitação, saúde, alimentação, educação e cultura, dentre outros;
- c) Conflitos envolvendo empresas, comunidades, organizações da sociedade civil, movimentos sociais e ambientais, governos, órgãos de defesa de direitos, que sejam intermediados por uma disputa em torno da natureza e/ou envolvam agendas vinculadas à sustentabilidade;
- d) Sociedade civil, ativismo transnacional/"translocal", governança global e seu impacto na agenda socioambiental global;
- e) Populismo e o impacto na governança socioambiental;
- f) Ações e mobilizações sociais em defesa da natureza e de comunidades vulneráveis envolvendo movimentos sociais, povos tradicionais, organizações sociais, coletivos, Ministério Público, agências estatais, dentre outros;
- g) Relações intersetoriais, alianças, parcerias e interações com maior ou menor grau de colaboração entre diferentes atores do mercado, do Estado e da sociedade civil envolvidos nos conflitos socioambientais e suas implicações para o meio ambiente, comunidades e sociedade;
- h) Implicações éticas no desenvolvimento de pesquisas sobre conflitos socioambientais com populações vulneráveis, com destaque para a chamada "Pesquisa Engajada";

i) Epistemologias e métodos de pesquisa sobre conflitos socioambientais, grupos vulneráveis e povos tradicionais orientados para ampliação da autonomia, centralidade e protagonismo dos atores sociais em condição de vulnerabilidade, exclusão, invisibilidade e subalternidade.

Serão aceitos: artigos científicos em formatos tradicional e ensaístico, relatos de práticas de extensão universitária, documentos que sistematizam saberes, práticas e memórias de populações, grupos e indivíduos em condição de vulnerabilidade, invisibilidade, estigmatização e subalternidade, e produção audiovisual (fotos, curta-metragens e podcasts). A submissão do audiovisual deverá ser realizada através de documento em Word contendo links para acesso à produção, que deverá estar armazenado em algum dispositivo “nas nuvens” com acesso liberado para os avaliadores da proposta. Esse(s) produto(s) deverão ter direitos autorais liberados para exposição durante o CBEO 2020. O formato sugerido para submissão da produção audiovisual envolve os seguintes tópicos: a) referência do material dentro das normas acadêmicas; b) síntese da produção audiovisual, contendo informações técnicas e a proposta cultural e política da produção; c) resenha da produção audiovisual estabelecendo diálogos com a literatura científica; d) referências.

## GT15

(Re)pensando a Universidade Contemporânea

### Coordenadores

Angelo Brigato Ésther, Doutor, Universidade Federal de Juiz de Fora, [angelo.esther@facc.uff.br](mailto:angelo.esther@facc.uff.br)

Luiz Roberto Alves, Doutor, Universidade de São Paulo, [luizrobertoalves99@gmail.com](mailto:luizrobertoalves99@gmail.com)

Elisângela de Jesus Furtado da Silva, Mestre, Universidade Federal de Minas Gerais, [elisangela.jfs@yahoo.com](mailto:elisangela.jfs@yahoo.com)

Ivor Prolo, Doutor, Universidade do Estado de Mato Grosso, [ivorprolo@unemat.br](mailto:ivorprolo@unemat.br)

Fernanda Geremias Leal, Mestre, Universidade do Estado de Santa Catarina, [feleal@gmail.com](mailto:feleal@gmail.com)

### Descrição

A diversidade e a dinamicidade que caracterizam a instituição universitária refletem na complexidade de conceituá-la e compreendê-la. Sua capacidade de manter-se relevante, em diferentes tempos e lugares, relaciona-se à sua capacidade de reinventar-se por vias da combinação de suas funções originais com novas e exigentes expectativas. Tais nuances sugerem que, a despeito das contribuições da Universidade para as sociedades (incluindo governos e mercados), sua finalidade nunca satisfaz plenamente aos anseios sociais. Indica, também, que tal instituição enfrenta o duplo desafio de produzir conhecimento ao mesmo tempo em que reinventa a si própria. O aumento e a intensidade das expectativas em relação à universidade refletem a sua centralidade e o seu protagonismo nas sociedades contemporâneas, que extrapolam a tríade funcional ensino-pesquisa-extensão. Diante desses aspectos, propõe-se um grupo de trabalho empenhado em compreender a universidade contemporânea, suas necessidades e influências dos grupos sociais. Algumas inquições orientam essa discussão, tais como: existe possibilidade de conceituação de instituições cujas responsabilidades e papéis são tão dinâmicos e expansivos? Quais os novos desafios que a universidade latino-americana/brasileira enfrenta, levando-se em conta as desiguais geopolíticas do conhecimento? Como tornar o conhecimento acessível e compartilhado de modo democrático e republicano, com vistas ao bem estar social? Quais são as suas possibilidades de organização institucional e estratégica para corresponder às necessidades

e aos anseios sociais? Como fenômenos em ascensão como o negacionismo e a cientometria dialogam com o/os sentido/sentidos da universidade contemporânea? Como são experiências consideradas específicas e exitosas no cenário brasileiro na relação universidade/sociedade? O que pode ser considerado obsoleto e disfuncional em termos de produção de conhecimento; a lógica organizativa e interdisciplinar dos saberes; a conjugação dialógica entre conhecimento, ciência, técnica e ética; a formação dos sujeitos em direção ao senso compartilhado de cidadania e a democratização do ensino? Quais os reflexos da implantação do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI)? Quais as mudanças e implicações da presença de novos grupos sociais; quais as tensões surgiram a partir do processo de democratização; quais os reflexos da democratização na produção de pesquisas, na construção de currículos, na organização estrutural, administrativa, pedagógica e financeira das universidades? Qual o sentido e a importância da liberdade acadêmica e autonomia universitária? Como definir e realçar a contribuição efetiva da universidade, pensando-se nos diversos grupos sociais; quais os reflexos da crescente demanda por entregas e resultados frente ao processo de precarização do financiamento? O que se pode compreender como processo de internacionalização; qual a relação do processo de internacionalização percebido no Brasil com as políticas de excelência/a criação de 'universidades de classe mundial'? Como pensar a internacionalização de uma perspectiva contextualizada e desvinculada do padrão cultural de poder colonial? Como se dá a lógica competitiva que rege a distribuição de recursos financeiros; quais são as mudanças observadas e o que elas representam para as universidades públicas? Como se apresentam os diferentes projetos políticos no interior das universidades (projeto conservador e inclusivo, para citar alguns); qual o reflexo desses projetos e como eles se vinculam a processos de mercantilização, assistencialismo, partidarismo, corporativismo, dentre outros? Como pode ser caracterizada a lógica da gestão universitária; quais as questões que podem ser destacadas e como elas refletem negativamente na qualidade das universidades? Qual a importância da reflexividade em tempos da valorização mercantil da hiperespecialização do conhecimento e o aumento das responsabilidades das universidades? Universidade para quem? Para quê? Por quê? O intuito é suscitar a apresentação de estudos que considerem o dinamismo histórico que marca as instituições universitárias e que possam contribuir para a elaboração de cenários, estratégias e ações rumo à universidade que queremos e precisamos.

## GT16

Gênero, Economia Popular Solidária e Autogestão: Desafios e Contradições à luz dos Estudos Organizacionais

### Coordenadores

Ana Beatriz Trindade de Melo. Doutora em Ciências Sociais (PUC Minas) e mestre em Psicologia (PUC Minas). melo.ana.bh@gmail.com

Carlúcia Maria Silva. Pós-doutora em Psicologia Social (UFMG), mestre e doutora em Ciências Sociais (PUC Minas). carlucia.silva@uemg.br.

Flávia Aparecida Gonzaga Silva. Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local (UNA). fagsbh@gmail.com.

Gilberto Braga Pereira. Doutor em Psicologia Social do Trabalho (UFMG), mestre em Administração (FEAD). gilbertobp2018@gmail.com.

### Descrição

A Economia Popular Solidária se desenvolveu no Brasil de forma esparsa nos anos 1980, ganhando impulso a partir da segunda metade da década de 1990. Neste contexto, o desemprego estrutural, a informalidade, a desregulamentação e a precarização do trabalho atingiam níveis alarmantes, levando a expansão de um exército pós-industrial de reserva composto por trabalhadores desprotegidos pelo Estado e excluídos do mercado.

Entre esses trabalhadores, cabe destacar o protagonismo das mulheres que, ao longo dos anos, vêm constituindo uma rede ampla e diversificada de atividades produtivas voltadas para geração de trabalho e renda com base na autogestão, na sustentabilidade e na cooperação. Esta rede traz à luz debates atuais de grande relevância com foco nas questões de gênero, perpassando temas como desigualdades de gênero e de raça/cor, exclusão, pobreza, inclusão socioprodutiva, visibilidade, empoderamento, e cidadania.

A esses desafios, articulam-se problemáticas e contradições típicas de modos coletivos de organização e produção que têm a autogestão entre seus princípios norteadores. O termo autogestão vem sendo utilizado com frequência para designar tanto as transformações na forma de propriedade dos empreendimentos solidários quanto as tendências democráticas, igualitárias e participativas que devem orientar a organização e a gestão do processo de trabalho.

No contexto do trabalho autogestionário em Economia Popular Solidária, a perspectiva inicial de preservação de postos de trabalho e/ou de alternativa ao desemprego ganha progressivamente um significado amplo vinculado à ideias de transformação e democratização do trabalho e da sociedade. Neste sentido, a autogestão surge não apenas como possibilidade de emprego, mas como uma opção ao próprio capitalismo, numa utopia voltada à constituição de uma outra economia possível.

À luz dos estudos organizacionais, discutir desafios e contradições do trabalho autogestionário, bem como os impactos das questões de gênero em formas coletivas de organização, buscando compreender e analisar as diversas iniciativas da denominada Economia Popular Solidária constituem os principais objetivos desta proposta.

Serão bem-vindas reflexões sobre os dilemas que envolvem o desenvolvimento de estratégias e ferramentas voltadas para o processo autogestionário e o papel das mulheres nas lutas por formas emancipatórias e democráticas de trabalho. O eixo engloba ainda trabalhos e análises sobre a dinâmica conceitual referente a economia popular solidária, sua pluralidade de manifestações empíricas e organização do movimento cooperativista. Além disso, pretende-se discutir o papel do Estado no fomento e consolidação dos empreendimentos econômicos solidários, bem como suas estratégias organizativas na busca por cidadania e reconhecimento. Há destaque também para contribuições que ressaltem a interface entre ações extensionistas e o papel social e político da Universidade. Reflexão e debate que serão norteados pelas seguintes temáticas:

- Transformações no mundo do trabalho, cooperativismo e economia popular solidária.
- Interfaces e paradoxos entre iniciativas solidárias e capitalismo.
- Contradições e desafios do trabalho autogestionário e a organização dos trabalhadores em busca de democracia participativa, emancipação e cidadania;
- Questões de gênero e seus impactos nas dinâmicas das iniciativas solidárias.
- Ações extensionistas e interfaces Universidade e Comunidade.

## GT17

Autonomia e Organizações Horizontais: Prefigurando Alternativas

### Coordenadores

Lucas Casagrande (Doutor em Estudos Organizacionais, professor EA-UFRGS, lucas.casagrande@ufrgs.br)

Marcelo Castañeda de Araújo (Doutor em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, professor FACC-UFRJ, marcelo.castaneda@facc.ufrj.br)

Camila Rodrigues Jourdan (Doutora em Filosofia, professora UERJ, camila.jourdan@gmail.com)

Rene Eugenio Seifert Junior (Doutor em Gestão Internacional e Organizações, professor UTFPR, r.e.seifert@gmail.com)

### Descrição

A crítica à gestão enquanto produção de autoridade e hierarquia já é corrente nos Estudos Organizacionais. Inúmeros teóricos das organizações derivaram seus pensamentos de aportes que compõem as teorias anarquistas. Na área de Estudos Organizacionais os exemplos mais recorrentes são Maurício Tragtenberg e Fernando Prestes Motta. O primeiro, em sua crítica à burocracia e à cogestão, demonstrou os instrumentos de cooptação e controle das formações hierárquicas. Por sua vez, Prestes Motta, ao incorporar Proudhon à área, demonstra o caráter autoritário das organizações modernas. Fora do Brasil há também um campo consolidado da crítica anarquista, com autores como Martin Parker, Patrick Reedy, Marcelo Vieta, Thomas Swann e Valérie Fournier.

A exposição do viés anarquista e autonomista de organização neste GT tem como objetivo principal elucidar parte considerável do atual momento das lutas sociais na América Latina. Assistimos o irromper insurrecionário em países como Haiti, Chile, Equador e Colômbia no ano de 2019, mas também em países da Europa (França e Espanha em particular) e Ásia (nas contendas entre China e Hong Kong). Ao mesmo tempo, conceitos tipicamente anarquistas tem sido capturados pelo capital em um processo de espetacularização e mediação constante: o almejo "libertário" tornou-se sinônimo de um neoliberalismo recrudescido; "autogestão" tornou-se um conceito apropriado pelos discursos apologéticos à precarização do trabalho travestida de empreendedorismo; e até mesmo "anarquismo" se tornou sinônimo, em algumas esferas, de um discurso político que reivindica o capital como senhor máximo em contraposição ao Estado.

Invertendo a operação do gerencialismo e partindo da necessidade do combate à hierarquização em prol da promoção da horizontalidade nas organizações, abre-se a possibilidade de diferentes questões serem tratadas para entender as lutas sociais contemporâneas. O que nos interessa é pensar o poder destituente, a iconoclastia, as teorias e práticas libertárias inerentes ao anarquismo e o autonomismo organizacional.

Logo, são múltiplas as questões atravessadas pela dominação e suas expressões organizacionais e serão bem-vindos trabalhos relacionados com às seguintes questões ligadas às lutas sociais, mas não restritas somente a estas:

- Proposições teóricas de modos anárquicos e autonomistas de organização;
- Análises organizacionais em estudos de caso sobre formas alternativas de organizar (movimentos sociais, fábricas ocupadas, cooperativas, movimento sindical, movimento punk, movimento hacker, etc.);
- Análises de racionalidades de governo e/ou gestão sob perspectivas anti-autoritárias;
- Usos de tecnologias em configurações organizacionais e suas implicações à equidade e distribuição de poder;
- Modos organizacionais implicados em epistemes não-modernas (indígenas, curdos, quilombolas, etc.);
- Experiências históricas nas quais o anarquismo ou um ímpeto anti-autoritário tenham estado presentes (Guerra Civil Espanhola, Greve Geral brasileira de 1917, Revolução Mexicana; ou

experiências mais recentes como Maio de 1968, Levante Neozapatista, Batalha de Seattle ou Jornadas de Junho de 2013 no Brasil);

- Dívida vs. Dáviva, trabalho e economia: implicações do crescimento e da economia como centrais na organização e (re)produção social; alternativas possíveis, perspectivas decrescentistas, pós-estratistas, bem-viver e pós-capitalistas;
- Entre o condomínio e a ocupação: déficit habitacional a partir do imóvel-mercadoria; relações criadas a partir do habitar contemporâneo e outras perspectivas possíveis do habitar;
- Heteronomia vs. Autonomia.
- Formas de vida vernáculas e o bem comum: o processo de constituição da autoridade na modernidade em contraposição às formas de vida vernáculas e conviviais.
- A propriedade em oposição ao bem comum;
- Críticas libertárias ao punitivismo.
- O artesão em contraposição às formas de vida industriais.

## GT18

Interseccionalidades nos Estudos Organizacionais: Desigualdades de Raça, Gênero, Sexualidade e Classe nos Processos Organizativos

### Coordenadores

Ana Paula Rodrigues Diniz – Doutora – [anaprdiniz@hotmail.com](mailto:anaprdiniz@hotmail.com) – (11) 994662146.

Josiane Barbosa Gouvêa – Doutora (Instituto Federal do Paraná) – [josidapper@hotmail.com](mailto:josidapper@hotmail.com)

Josiane Silva de Oliveira – Doutora (Universidade Estadual de Maringá / Universidade Federal de Goiás) – [oliveira.josianesilva@gmail.com](mailto:oliveira.josianesilva@gmail.com).

Juliana Cristina Teixeira – Doutora (Universidade Federal do Espírito Santo / PPA-Universidade Estadual de Maringá) – [julianacteixeira@yahoo.com.br](mailto:julianacteixeira@yahoo.com.br).

Thaís Zimovski Garcia de Oliveira - Doutoranda (CEPEAD/UFMG) - [thais.zimovski@yahoo.com.br](mailto:thais.zimovski@yahoo.com.br)

Vanêssa Pereira Simon – Doutora (Universidade do Estado de Santa Catarina) [vanessapsimon@gmail.com](mailto:vanessapsimon@gmail.com)

### Descrição

Este Grupo de Trabalho (GT) visa discutir as desigualdades sociais nas organizações a partir de uma perspectiva interseccional. Ao retomarmos a noção de interseccionalidade, buscamos evidenciar não só como as diferenças se constituem em desigualdades sociais, mas também como essas desigualdades se articulam nos espaços organizativos, gerando mecanismos de exclusão e discriminação particulares. Para isso, serão destacados, especialmente, intercruzamentos entre (1) raça, cor e etnias; (2) gêneros; (3) sexualidades; e (4) classes sociais, enfatizando a dimensão política de tais diferenças, em termos ideológicos, sócio-históricos e culturais. Esses tópicos serão analisados a partir de sua relação com as categorias trabalho, organizações, gestão e Administração, abordando desigualdades construídas e reproduzidas nas múltiplas dimensões organizativas da vida social. Propomos receber trabalhos sobre grupos historicamente constituídos como subalternos em relação à raça, cor, etnia, gênero, sexualidade e classe, assim como sobre os que ocupam lugares sociais de privilégio (masculinidades, branquidades, etc.). Nesse processo, também abrimos espaço para que discussões sobre as desigualdades sejam debatidas a partir de diferentes contextos, a exemplo do racismo ambiental. Por meio deste GT,

objetivamos avançar os debates promovidos nas últimas edições do CBE0, partindo de um olhar voltado para a análise de eixos unívocos de discriminação e exclusão, para outro, que saliente a complexidade da produção social das desigualdades nas organizações e no trabalho. Com o objetivo de avançar em discussões já postas, pensamos na importância da qualidade científica e política dos debates sobre a temática, mas também nos posicionamos como espaço de acolhimento para estudantes e pesquisadorxs que se iniciam nas temáticas aqui descritas. Assim, entendendo a dificuldade de acesso, receberemos ensaios teóricos e trabalhos teórico-empíricos em diferentes estágios de desenvolvimento, cujas abordagens possam ser profícuas para o momento de aprendizagem e troca que se constitui o congresso. Desta forma, pretendemos, ainda, alinhar nossas práticas o máximo possível às ideias de pedagogia crítica e de conhecimento engajado, a serviço de justiça social, quebrando possíveis normas que possam reprimi-lo e evitando o conhecimento pelo conhecimento .

## GT19

Processo de Trabalho e Modo de Produção Capitalista

### Coordenadores

Nome: José Henrique de Faria

Titulação: Doutor

Instituição: UFPR

email: [jhfaria@gmail.com](mailto:jhfaria@gmail.com)

Nome: Deise Luiza da Silva Ferraz

Titulação: Doutor

Instituição: UFMG

email: [deiseluiza@face.ufmg](mailto:deiseluiza@face.ufmg)

Nome: Henrique Almeida de Queiroz

Titulação: Doutor

Instituição: UFJF-GV

email: [henrique.queiroz@ufjf.edu.br](mailto:henrique.queiroz@ufjf.edu.br)

### Descrição

O objetivo do tema é fomentar o debate sobre as alterações nas modalidades do processo de trabalho no modo de produção capitalista em seu atual estágio de desenvolvimento, considerando a heterogeneidade do trabalhador coletivo físico-cognitivo (produtivo, improdutivo e reprodutivo), a partir das diferentes vertentes e influências da crítica marxista.

Tal propositura se ancora nos desafios de superar as parcialidades das produções científicas apologéticas ao capital produzidas no campo da Administração a partir do próprio campo. Cientificamente, portanto, está posta a necessidade de ir além das aparências e apreender os nexos e contradições que marcam e que derivam dos diferentes processos de trabalho no modo de produção capitalista dos séculos XX e XXI, considerando tanto as economias centrais quanto as subordinadas.

Nesse sentido, o tema propõe uma discussão acerca do processo de trabalho e, por decorrência, do processo de valorização, nos diferentes setores da ampla produção social (produção e circulação) e em seus diversos desdobramentos contraditórios objetivos e subjetivos, o que inclui a deterioração das condições laborais, o desemprego, a consciência social, o avanço das forças produtivas como aplicação da ciência, inovações organizacionais e avanços técnicos, além de outras questões correlatas. Compreende-se nessa discussão os pontos de desenvolvimento

desde a base tecnológica, passando pelo avanço dos meios de produção, pela introdução das plataformas digitais, pelos sistemas informatizados com aplicação de computação pesada (i.a., IoT, big data), pelas inovações organizacionais e funções gerenciais, pela financeirização, pelo papel do Estado, pela integração global de cadeias produtivas e outros elementos constituintes do processo de produção e reprodução da sociabilidade presente.

São acolhidos estudos de vertentes críticas que se aproximam e ensejam transformações qualitativas e quantitativas nas relações de produção e que se ancoram em investigações da administração, direito, economia, sociologia etc., possibilitando diferentes aportes metodológicos. Nesse sentido, o tema é aberto às correntes clássicas e contemporâneas da ortodoxia e da heterodoxia dos marxismos, bem como a pesquisas que se debruçam sobre as implicações sociais, ambientais e culturais das transformações presentes do processo de trabalho e do movimento do capital em suas diversas formas de transmutação.

A atualidade do tema é evocada não apenas por inúmeros pesquisadores que dedicam atenção aos mesmos elementos tangentes aos processos de trabalho, mas também em razão do fato de que o contexto de crise econômica e suas notórias consequências sociais e políticas acionam incontornavelmente a tradição crítica ao modo de produção capitalista, às organizações, às formas de trabalho e de administração que são dele constitutivas.

Palavras-chave: Processo de Trabalho; Poder e Controle; Modo de Produção Capitalista; Forças Produtivas; Condições Laborais

## GT20

Políticas Públicas e Lutas Sociais: Mudanças, Organização e Perspectivas

### Coordenadores

Rodrigo Gameiro Guimarães, Doutor, Universidade Federal de Alagoas (UFAL),  
rgameiro@gmail.com

Rosimeri Carvalho da Silva, Doutora, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS),  
rosimeri.carvalho@ufrgs.br

Sueli Goulart, Doutora, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS),  
sueli.goulart@ufrgs.br

Camila Furlan da Costa, Doutora, Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA),  
camilacosta@unipampa.edu.br

### Descrição

O propósito deste Grupo de Trabalho é incitar a análise da relação entre as lutas sociais (por direitos, por transformações) e as políticas públicas (sociais e suas respectivas mudanças), nas suas distintas manifestações e processos. Privilegiamos investigações e análises que focalizem as tensões entre a ação do Estado e os grupos sociais reivindicatórios e também as mudanças, organização e perspectivas de ambos, preferencialmente em interação. Esperamos trabalhos (ou pesquisas em construção) que contemplem a análise crítica de políticas que, via de regra, são construídas à sombra da burocracia estatal e que se definem como liberais, inclusivas ou mesmo transformadoras, mas cujos mecanismos e aportes são meramente fenomênicos, produzindo o inverso do que propõem, como a exploração, a violência ou a repressão; a empresarização do atendimento a direitos constitucionalmente definidos; a precarização das relações de trabalho sob o fetiche do empreendedorismo; etc. Igualmente são esperados trabalhos sobre movimentos, grupos ou segmentos que produziram e/ou são voltados para produzir transformações a partir das

lutas contra os processos elencados acima, com características distintas, enfatizando diferentes aspectos, mas na direção da construção de outras possibilidades de organização que se oponham à apropriação privada dos bens comuns e trabalhem no sentido da construção coletiva de um mundo no qual se avance para a construção da igualdade substantiva. O GT também pretende estimular espaços para reflexão e debates sobre estratégias de resistência frente aos ataques que sofrem a educação e a cultura no País. Dar visibilidade a estas lutas é tão importante quanto denunciar os processos de apropriação privada e destruição de laços e direitos dos quais temos sido espectadores e vítimas. Desse modo, consideramos relevante reunir, no âmbito deste GT, um conjunto de trabalhos e de pesquisadores que tragam estas temáticas para discussão e que, especialmente, analisem tais temáticas no contexto de países de capitalismo dependente. Assim, pretendemos atrair trabalhos (finalizados ou em construção) que abordem questões como as abaixo sugeridas, além de outras que sejam aderentes à temática deste GT. Deixamos em aberto as escolhas teóricas e metodológicas, mas priorizamos textos claramente posicionados.

- Análise de políticas sociais como as de educação, cultura, saúde, trabalho, urbana etc.
- Precarização do trabalho e a resistência organizada dos trabalhadores;
- Neoliberalismo, políticas e implicações sociais;
- Transformações dos modelos de financiamento das políticas públicas;
- Financeirização dos direitos e políticas sociais;
- Lutas sociais específicas (do campo, das cidades, de moradia, da educação, da cultura etc.)
- Práticas organizacionais das lutas sociais
- Privatização nos setores da educação, da cultura, da saúde, do espaço público etc.

## GT21

### Movimentos e Lutas Sociais na Sociedade Urbana

#### Coordenadores

André Dias Mortari, Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Administração da UFRGS, andre.mortari@ufrgs.br

José Ricardo Vargas de Faria, Doutor em Planejamento Urbano e Regional, Programas de Pós-graduação em Políticas Públicas e em Planejamento Urbano da Universidade Federal do Paraná, jrvfaria@ufpr.br

Maria Ceci Misoczky, Doutora em Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, maria.ceci@ufrgs.br

Mayara Vieira de Souza, Doutoranda pelo Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Paraná, arq.mayaravieira@gmail.com.

#### Descrição

Neste GT articulamos os eixos temáticos 'espaço e território' e 'lutas sociais' em diálogo com as proposições de Henri Lefebvre (2003, p. 39) segundo as quais o espaço urbano é um "campo de tensões, uma virtualidade, um possível-impossível que atrai o realizado, uma presença-ausência sempre renovada e demandante". Se o espaço é contradição concreta, nele se expressam dialeticamente as táticas e estratégias de controle e dominação - tais como o consumo programado, centros de decisões que concentram os meios de poder, apropriação e controle de meios de produção e circulação, repressão através de coações e violência, persuasão por meio de discursos e meios de comunicação -, e as de táticas e estratégias de lutas e resistências em

torno de projetos e demandas diretamente relacionadas ao urbano e/ou que ocupam o espaço como palco.

É inegável que o espaço urbano tem sido lócus privilegiado de manifestações e lutas sociais em todo o mundo. Reduzi-lo, contudo, apenas a palco ou continente das lutas significa negligenciar o espaço como produto (social). A cidade é objeto de disputa e conteúdo de conflitos por um direito à cidade que aspira a “realização da vida urbana como regra do uso (de troca e encontro desvinculados do valor de troca)”. Um direito à cidade que é o pleno direito à vida urbana, a locais de encontro e troca, a ritmos e tempos (LEFEBVRE, 2001, p. 138).

Certas interpretações sobre os conflitos sociais frequentemente subvalorizaram a importância dos conflitos urbanos (e, conseqüentemente, os secundarizam analiticamente), subordinando-os ao campo da condição de reprodução do trabalho e destituindo-os de qualquer potencial transformador. Nestas perspectivas, a resposta sobre a gênese das mobilizações, bem como o significado do conteúdo que tais reivindicações ou protestos anunciam já estariam dadas de antemão pela teoria, sendo o resultado inelutável da dinâmica global das cidades no capitalismo. Além disso, há teorias de movimentos sociais constituídas no confronto a uma suposta teleologia das classes sociais que, apesar de valorizarem a organização política, a identidade dos agentes e a ação coletiva em si mesmas, incorrem em uma interpretação fenomênica dos conflitos sociais, dissociando-os da compreensão dos mecanismos de reprodução social.

O objetivo deste Grupo de Trabalho é reunir pesquisadores que pretendam contribuir para a compreensão: (i) da relação entre a produção social do espaço urbano e as contradições e conflitos sociais que a engendram; e (ii) dos processos organizacionais e políticos das lutas sociais que produzem e politizam o espaço urbano. Assim, convidamos trabalhos que abordem “confrontos expressos por manifestações públicas coletivas que têm a cidade como espaço e objeto de suas reivindicações” (VAINER, ACSELRAD e CÂMARA, 2009) e trabalhos que analisem processos e práticas organizacionais através dos quais se produzem espaços mais ou menos permanentes nos quais conflitos sociais são explicitados e a politização da vida cotidiana acontece.

De maneira não exclusiva, apresentamos abaixo algumas possibilidades relacionadas a esse GT:

- O espaço urbano como objeto de disputa e conteúdo de lutas.
- Confrontos ou litígios, manifestos ou não, relativos às condições de vida urbana e que reivindiquem reconhecimento ou incidam sobre a produção e/ou consumo da cidade.
- Planejamentos insurgentes, militantes, conflituais ou subversivos como experiências de luta.
- Processos e práticas organizacionais e de articulação em redes que viabilizem a expressão de demandas sociais.
- Lutas sociais e resistências a grandes projetos e a processos de renovação urbana.
- Protestos que se expressem no espaço urbano como eventos / momentos que interrompam a ordem da vida cotidiana, evidenciem contradições, interrompam continuidades, anunciem possibilidades, criem espaços (isotopias, heterotopias, u-topia), produzam poderes (ainda que transitórios) e, algumas vezes, reafirmem o primado do valor de uso sobre o de troca.
- Lutas sociais relacionadas à produção agrícola e à posse da terra que, ao tomar o espaço urbano como palco de suas reivindicações, rompem com a aparente separação entre o urbano e o rural.
- Reapropriação e renovação dos repertórios de protestos e lutas sociais.
- Ocupações, permanentes ou transitórias, de espaços urbanos públicos ou privados como processo de organização de resistência ou contestação.

#### Referências

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. The urban revolution. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2003.

VAINER, Carlos B.; ACSELRAD, Henri; CÂMARA, Breno Pimentel (coords.). Relatório Final de Atividades: Observatório Permanente dos Conflitos Urbanos na Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: ETTERN/IPPUR/UFRJ, 2009. p. 4.

## GT22

Desorganizando a Naturalização da Violência na Educação

### Coordenadores

Dr. Alexandre Faria (EBAPE-FGV)

E-mail: alex.faria.br@gmail.com

Dra. Ana Silvia Rocha Ipiranga (UECE)

E-mail: anasilviaipi@uol.com.br

Dr. Marcelo de Souza Bispo (UFPB)

E-mail: marcelodesouzabispo@gmail.com

### Descrição

A organização da educação de forma geral e, mais especificamente, as organizações educacionais formais, são pouco discutidas no âmbito dos estudos organizacionais. Com a radicalização do lado mais obscuro da sociedade neoliberal do conhecimento (MIGNOLO; WALSH, 1998) ficou mais óbvio a disputa pela organização da “educação” como meio de acumulação, controle e violência de vários tipos. A organização da “educação” não está restrita a universidades e escolas (LAVAL, 2004), mas também por outros tipos de organizações como, por exemplo, corporações financeiras, poderes militares e instituições públicas (DARDOT; LAVAL, 2016). Sob a perspectiva de estados e sociedades pós-coloniais. Spivak (1988) destaca como exemplo de violência epistêmica o projeto orquestrado de constituir o sujeito colonial como Outro, sendo este, “a obliteração assimétrica do traço desse Outro em sua Subjetividade precária” (p. 25). O autor ressalta as amplas margens, silenciosas e silenciadas: homens e mulheres, camponeses analfabetos, os tribais, os estratos mais baixos do subproletariado urbano, posicionados do outro lado da divisão internacional do trabalho, dentro e fora de um circuito marcado por essa violência epistêmica do direito e da educação imperialistas. Referindo-se aos estudos subalternos, o autor enfatiza que devido à “violência da inscrição epistêmica, social e disciplinar imperialista, um projeto entendido em termos essencialistas deve trafegar em uma prática textual radical de diferenças”. Esta violência nos dá uma alegoria imperfeita da violência geral que é a possibilidade de uma episteme (SPIVAK, 1988 p. 27-28).

Pensando a colonialidade epistêmica como modalidade de violência por trás da organização da educação em sociedades pós-coloniais (FANON, 1963; IBARRA-COLADO, 2006) e engajados com contexto contemporâneo de corporatização radical das organizações educacionais no contexto neoliberal em simultâneo a dinâmicas de descolonização-recolonização em escala global em torno do disputado âmbito da educação, propomos nesse subtema a reconstrução de conexões entre educação e organização sob uma perspectiva democrática, libertadora e solidária (SAVIANI, 1999; FREIRE, 2003).

Mais especificamente, convidamos a submissão de contribuições focadas (não exclusivamente) nos tópicos a seguir:

- Educação, organizações, violência e opressão epistêmica
- Capitalismo acadêmico
- Governança global da educação e políticas nacionais/regionais/locais

- Organização e gestão de instituições de ensino nos seus vários níveis
- Organização e gestão de conferências
- Educação alternativa em organizações; saberes e epistemologias étnica/raciais, classistas, feministas, autóctones, do campo, entre outras
- Dinâmicas de descolonização-recolonização em organizações de educação
- Epistemologias do Sul, educação intercultural e popular em organizações da educação
- Pedagogias críticas e dinâmicas de organização-desorganização-reorganização

#### Referências

- DARDOT, P.; LAVAL, C. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FANON, F. The wretched of the earth. New York: Grove Press, 1963.
- FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 36 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- IBARRA-COLADO, E. Organization studies and epistemic coloniality in Latin America: thinking otherness from the margins. Organization, v. 13 n. 4, p. 463-488, 2006.
- LAVAL, C. A escola não é uma empresa: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Planta, 2004.
- MIGNOLO, W. D.; WALSH, C. E. On Decoloniality: Concepts, Analytics, Praxis. Durham: DUKE University Press, 2018.
- SAVIANI, D. Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 32 ed. Campinas: Autores associados, 2003.
- SPIVAK, G. C. Can the Subaltern Speak? In NELSON, C.; GROSSBERG, L. (Eds). Marxism and the Interpretation of Culture. London: Macmillan, 1988.

#### GT23

Subjetividade, Organização e Sociedade

#### Coordenadores

Felipe Amaral Borges, Dr. Universidade Federal do Rio Grande - FURG. [ffbamaral@gmail.com](mailto:ffbamaral@gmail.com)

Igor Baptista de Oliveira Medeiros, Dr. Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA. [igormedeiros@unipampa.edu.br](mailto:igormedeiros@unipampa.edu.br)

Kettle Paes, Dra. Universidade Federal do Rio Grande - FURG. [kettlep@yahoo.com.br](mailto:kettlep@yahoo.com.br)

Luciano Mendes, Dr. Universidade de São Paulo/Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" - USP/ESALQ [mendes@usp.br](mailto:mendes@usp.br)

#### Descrição

A temática da produção e constituição de subjetividades nas organizações e na sociedade tem inquietado diversos pesquisadores do campo de saber dos Estudos Organizacionais (EO). Esses pesquisadores têm buscado formas diversas de compreensão das subjetividades, para além das constatações de individualidade e identidade. Nessa linha, alguns pesquisadores de EO têm se aproximado das discussões de pensadores consagrados como Michel Foucault, Gilles Deleuze, Félix Guattari e Jacques Derrida – ou até aqueles mais contemporâneos como Giorgio Agamben, Georges Didi-Huberman, Suely Rolnik e Peter Pal Pelbart, para teorizarem e compreenderem os modos e os processos de subjetivação e a constituição dos sujeitos em nossa contemporaneidade. Foucault, Deleuze e Derrida – os pensadores rebeldes – tratam da subjetividade a partir da problematização, questionando aquilo que é dado ou evidente, o que possibilitou a formação de

uma linha epistemológica, o pós-estruturalismo, que tem base filosófica em Friedrich Nietzsche. Não se trata, aqui, de fazer reformas ou emendas, mas, desde dentro, colocar em questão as certezas da modernidade. Fortemente marcado pelos movimentos de maio de 1968, o pensamento pós-estruturalista superou as imagens fundantes e as grandes narrativas. Todavia, observamos o fortalecimento das ideias unificadoras, do estado-nação, das identidades, que outrora havia produzido guerra e morte. É com grande espanto que se assiste, hoje, à construção – e sua ascensão ao poder – de novos mitos. O mito é difuso, contudo, ele apenas opera no interior de um determinado sistema de significação. Nosso exercício – cotidiano, diário, mas também acadêmico – é arrancá-lo deste lugar e expô-lo à luz. O convite aos colegas pesquisadores é para que, cada um ao seu modo, no seu campo de interesse, assuma para si parte deste trabalho e desta luta, e que atuemos juntos, com menos certezas, mas com mais potência.

A nossa proposta aqui é congrega trabalhos que se encaixam nessa vertente pós-estruturalista e teorizem a partir de autores que possuem aderência com essa corrente epistemológica. Entendemos que o pós-estruturalismo se configura como uma propositiva para pensarmos formas distintas de historicizar e de fazer crítica nos EO. Assim, para os pesquisadores pós-estruturalistas, as problemáticas que urgem em nossos tempos dizem respeito, por exemplo, à supressão da paixão, do desejo, em prol da eficiência e do progresso.

Com os pensadores pós-estruturalistas, podemos explorar a noção do desejo a partir da constituição dos sujeitos. De que forma essas subjetividades são constituídas atualmente nos diversos espaços sociais e organizacionais? Por certo que, para que o sujeito possa dar forma à sua vida, fazendo-a corresponder à sua verdade, ele necessita exercer uma prática de liberdade. Mas será possível práticas de liberdade na sociedade atual? Até que ponto as organizações permitem essas práticas de liberdade? São questões desse tipo que levam à reflexão e à crítica não só da sociedade, mas também das organizações. Considerando essas questões, encorajamos trabalhos que abordem as seguintes temáticas, mas não apenas:

1. Analítica do corpo e do poder nos EO;
2. Política dos afetos, ética de si e amizade em organizações;
3. Biopolítica e biopoder;
4. Análises do discurso: formações discursivas e as relações do sujeito com as verdades da Administração;
5. Teoria queer, gênero e sexualidade no pós-estruturalismo;
6. Constituição do sujeito em organização: produção de subjetividade no trabalho;
7. Questões metodológicas do pós-estruturalismo: arqueologia, genealogia, cartografia, desconstrução;
8. Epistemologia processualista (tal como em Bergson);
9. Epistemologia perspectivista (ora como em Nietzsche, ora como em Viveiros de Castro);
10. Crítica pós-estruturalista nos EO.

## GT24

Diversidades, performatividade, storytelling, fake news: em busca de um diálogo

### Coordenadores

Hélio Arthur Reis Irigaray - Doutor em Administração de Empresas pela EAESP/FGV. Professor da EBAPE/FGV. E-mail: helio.irigaray@fgv.br

Isabel de Sá Affonso da Costa - Doutora em Administração pela EBAPE/FGV. Professora do MADE/UNESA. E-mail: isabel.costa@estacio.br

Mel Girão - Mestre em Administração de Empresas pelo IAG/PUC-Rio. Doutoranda na FGV/EAESP. E-mail: [mel.girao@fgvmail.br](mailto:mel.girao@fgvmail.br)

### Descrição

As discussões sobre diversidades contemplam, sob diversos olhares ontológicos, a exclusão de indivíduos em função de gênero, raça, etnia, cor de pele, cultura, religião, idade, estética, deficiência físico-mental, orientações afetivo-sexuais, país ou região de origem, classe social ou profissão, cargo, ou ainda, seu estado de sofrimento psíquico (depressão, ansiedade, bipolaridade, burnout), o qual, não raramente, é resultado da sociedade do cansaço (Hun, 2019), em que vivemos.

Os sofrimentos destes indivíduos, decorrentes das assimetrias de poder, têm sido reconhecidos e documentados. Todavia, a recente onda neoconservadora – não só no Brasil - tem construído narrativas (como por exemplo: “kit gay”, “escravidão foi positiva para os negros”, “meninas vestem rosa e meninos vestem azul”) que dão sustentação valorativa a atos de discriminação e de violências físicas e psíquicas, em todas as esferas da vida social.

O objetivo deste GT é promover o debate sobre a dinâmica de construção, manutenção e potenciais desdobramentos destas formações discursivas como instrumento de promoção e sustentação das desigualdades e práticas discriminatórias, em detrimento de uma diversidade efetiva que promova o respeito, cidadania e valorização das diferentes identidades.

Para tal, convidamos pesquisadores e pesquisadoras a submeterem trabalhos de diferentes abordagens, mas que privilegiem a natureza interpretativa dos fenômenos organizacionais.

Os trabalhos podem abordar, por exemplo, temas tais como:

- Como o storytelling se conecta com as questões de diversidade e exclusão;
- Fake news como instrumento de dominação ou resistência;
- Aspectos materiais e performativos do storytelling e das fake news, bem como suas implicações nas discussões sobre diversidade e exclusão
- Sensemaking, sensegiving e diversidades;
- O papel das redes sociais na construção de identidades, subculturas organizacionais, ou como instrumento de opressão ou resistência;
- Temporalidade e a importância do passado, presente e futuro nas discussões sobre diversidade e exclusão;
- Histórias que desafiam os interesses políticos dominantes e que desvelam assimetria e dinâmicas de poder;
- Storytelling e fake news como pressões institucionais;
- Storytelling e fake news como resposta estratégica das organizações.

**Comissão Organizadora do VII Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais**  
Sociedade Brasileira de Estudos Organizacionais  
[viicbeo@gmail.com](mailto:viicbeo@gmail.com)